

SESSÕES DO PLENÁRIO

125ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Leitura do Expediente.

(O Sr. Presidente faz a leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Pedro Tavares, comunicando sua ausência da sessão do dia 24/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Neto, comunicando sua ausência das sessões dos dias 29/11/2012 e 03/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados. (Lê) *“Os deputados infrafirmados, no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 7.781/2012, para o Projeto de Lei nº 20.083/2012, Requerimento de Urgência nº 7.782/2012, para o Projeto de Lei nº 20.085/2012, bem como os Projetos de Lei nºs: 20.048/2012 e 20.060/2012.”* Defiro o requerimento.

(Leitura das atas das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ata da 108ª, de 07 de novembro de 2012. Ata da 111ª, de 13 de novembro de 2012. Ata da 112ª, de 14 de novembro de 2012. Ata da 114ª, de 20 de novembro de 2012. Ata da 115ª, de 21 de novembro de 2012. Ata da 116ª, de 26 de novembro de 2012. Ata da 117ª, de 27 de novembro de 2012. Ata da 118ª, de 28 de novembro de 2012. Ata da 120ª, de 03 de dezembro de 2012. Ata da 122ª, de 05 de dezembro de 2012.

(Leitura das atas das sessões especiais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ata da 39ª, de 12 de novembro de 2012. Ata da 41ª, de 23 de novembro de 2012. Ata da 43ª, de 29 de novembro de 2012. Ata da 45ª, de 30 de novembro de 2012. Termo de Abertura de 22 de novembro de 2012.

(Leitura das atas das sessões extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ata da 23ª, de 26 de novembro de 2012. Ata da 24ª, de 26 de novembro de 2012. Ata da 25ª, de 26 de novembro de 2012. Os Srs. Deputados que aprovam as atas que acabam de ser lidas permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Senhoras Deputadas, nobres deputados, senhores das Galerias, satisfação em tê-los aqui, caros companheiros servidores, ontem foi um dia importante neste Estado, deputada Maria del Carmen. Aqui estiveram duas ministras importantes da República, inclusive uma do nosso Estado, a ministra da Reparação da Igualdade Social, Luiza Barros, que veio com a ministra dos Direitos Humanos para participar de um ato importante no Pelourinho, onde o governador do Estado assinou decreto criando a Comissão da Verdade no nosso Estado.

Essa comissão que vem sendo criada em todos os estados do Brasil, composta

de sete membros, pessoas importantes da sociedade que têm capacidade de fazer essa investigação no sentido de desinterditarmos a história deste País de um período negro que foi o período da ditadura militar, do qual há, ainda, muitos desaparecidos, mães e pais que procuram seus filhos, irmãos que sumiram e foram assassinados nesse período da nossa história que é preciso ser esclarecido.

Quero registrar aqui que o Brasil foi o País que menos avançou. A Argentina já fez seus julgamentos, julgou e condenou aqueles que torturaram e assassinaram por motivos fúteis, de forma que esse ato realizado no Pelourinho foi muito importante.

A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que vem fazendo um notável trabalho, fez um lançamento de filmes relacionados com os direitos humanos dos portadores de deficiência e outros. Foi uma mostra, deputada, em que as pessoas puderam assistir à primeira sessão e que continuará na Biblioteca Central, nos Barris, no Espaço X, para que, principalmente, a juventude possa ter acesso, já que não passa nos cinemas comerciais, e também para educar a nossa população em relação aos direitos humanos.

Quero dizer também que as denúncias aumentaram em 67%, principalmente por parte dos mais velhos da nossa sociedade. Essa sociedade que trata muito mal as crianças e os idosos. A maioria dos casos denunciados é de violência contra os idosos ocorrida em seus próprios lares, de forma escondida, praticada pelos próprios filhos. Graças à eficiência desse ministério, que criou o Disque 100, se está dando mais segurança às pessoas.

Houve também um protesto de um dos terreiros de candomblé, cuja área vem sendo ameaçada de ser tomada, e o governador, com uma sensibilidade muito grande, soube acolher aquela comunidade e declarou que, se a Justiça, não querendo ele contrapor-se à decisão judicial, não atender aquela comunidade, o Executivo vai tomar a iniciativa de desapropriar.

Queria deixar aqui registrado esse ato louvável que houve no Largo São Francisco no Pelourinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra a nobre deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores desta Casa, senhores presentes às Galerias, que nos visitam nesta tarde, subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para festejar a data de hoje, o Dia do Engenheiro e do Arquiteto.

Este ano, subimos à tribuna com enorme tristeza pela morte de um dos grandes gênios da arquitetura do Brasil, por que não dizer do mundo, Oscar Niemeyer. Esse arquiteto revolucionou a forma de projetar e realizou neste País inteiro tantas obras com a marca da sua genialidade.

Brasília é uma cidade tombada como Patrimônio da Humanidade. A beleza plástica dos seus diversos edifícios marca a história da arquitetura brasileira e

mundial, influenciando monumentos em inúmeras cidades.

Na sua juventude, Niemeyer construiu em Belo Horizonte o Complexo da Pampulha; e recentemente, nessa mesma cidade, projetou o Centro Administrativo de Minas. São prédios com uma plasticidade belíssima, tendo nas suas curvas toda a identidade com as belezas naturais deste belíssimo País que é o Brasil.

Mas a genialidade desse arquiteto não foi somente nas formas dos seus belíssimos projetos, foi também no seu modo de ver a vida. Comunista convicto, durante toda a sua vida pregou o socialismo e lutou por ele. Por isso, teve de ficar longe do Brasil durante o período do golpe militar, quando se radicou na França, onde também implementou a sua nova arquitetura.

Oscar Niemeyer passa de uma vida para outra deixando uma enorme lacuna na arquitetura e na engenharia brasileira.

Nesta data em que se comemora o Dia do Engenheiro e do Arquiteto, é bom lembrar que para se ter projetos como aqueles implementados por Niemeyer, para se ter algo como os belíssimos projetos do Museu Nacional, do Teatro Nacional e do Congresso Nacional, em Brasília, foi necessário que novos engenheiros e novas formas de se fazer projetos de cálculo fossem realizados. Foi necessário que outros gênios na área da engenharia pudessem também acompanhar todo o movimento iniciado por Oscar Niemeyer no desenvolvimento desses projetos.

Niemeyer tinha a ideia da grandiosidade dos espaços, da necessidade da socialização desses espaços. E esta é também uma característica do arquiteto João Filgueiras Lima, o nosso Lelé, que aqui na Bahia tem enormes edificações, como várias deste Centro Administrativo. São exemplos de sua arquitetura preocupada com o interior das edificações, para que possam ser socializadas, dando a todos o direito de ter espaços de convivência com a beleza e a plasticidade, mas também com a funcionalidade.

Nossos cumprimentos a todos os engenheiros e arquitetos. O desenvolvimento de um país está muito relacionado com a engenharia e a arquitetura. E isso acontece no nosso dia a dia; em todos os momentos precisamos dos engenheiros e dos arquitetos. Quando apagamos a luz, à noite, e no momento em que levantamos, ao acordar, por todos os locais onde passamos, com certeza, tem a presença, o dedo, o projeto, a ideia de um engenheiro, de um arquiteto nas diversas formas e características da engenharia e arquitetura.

Parabéns a todos os engenheiros e a todos os colegas, Marcelino Galo, nosso presidente, Marcelo Nilo e a todos os demais companheiros desta Casa engenheiros e arquitetos, e que continuemos a auxiliar na construção de um país cada vez melhor para o nosso povo.

Obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente Gildásio Penedo, Sr^{as} e Srs.

Deputados, colegas da Imprensa, vejo mais uma vez os aguerridos funcionários do Ministério Público Estadual, incansáveis nesta luta que, com certeza, sairão vitoriosos, a despeito de toda má vontade deste governo.

Subo a esta tribuna para lamentar. O governo tenta, como se diz lá no interior, na minha cidade, na moita, na calada da noite, aprovar projetos impopulares que prejudicam diretamente a população. Usando todo tipo de artifício, o projeto chega na calada da noite, no outro dia aprova-se o regime de urgência e, em seguida, é colocado em votação num tempo muito curto, sem que a população da Bahia tome conhecimento amiúde das consequências nocivas para nós cidadãos que vivemos neste Estado.

Pasmem, senhores, enquanto a presidente da República desonera, diminui a carga tributária, a exemplo da conta de energia elétrica, o governador Wagner vai, na contra-mão da história, de forma perversa, aumentando taxas e impostos.

Vejamos, esse projeto que agora chega na Casa é um projeto que trata do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ICMS. Vejam os senhores que teremos aumento agora até na TV por assinatura, nas contas telefônicas. E o líder do governo vai dizer que está saindo de 25 para 26, 1%. Ora, é 1% pingando, tirando de nós todo mês. Veja quanto vai render isso no final do ano, e quanto rende para os cofres do Estado. Tudo sobe. É o pedágio, cuja culpa é do governo do PT que colocou esse bode que é a Via Bahia na nossa casa, no nosso Estado. E o líder do governo deputado Zé Neto fala que haverá audiência pública para discutir o pedágio, como se o PT, como se ele não estivesse entranhado, entrelaçado nessas mazelas da Via Bahia. Não tem como dissociar a Via Bahia e PT; não tem como dissociar aqui na Bahia aumento de impostos e o governador Wagner. Ninguém suporta mais.

A presidente desonera, Wagner sobrecarrega. E ouvimos dizer que a presidente da República está de bem com a população, está fazendo moral. Ora, o problema é dele, do governador. Crie coragem e vá falar, vá reclamar da presidente. Mas não tem coragem, fica lamuriando-se pelos corredores, e a Bahia está perdendo impostos, está perdendo arrecadação e, para compensar, vai em cima da população.

Quero dizer o seguinte. Meu caro deputado Paulo Azi, líder da oposição, meu caro deputado Leur Lomanto, a minha posição é contrária. Voto contra, porque o Estado é mal administrado, as finanças são mal aplicadas. E esses recursos que abarrotam os cofres dessas ONGs, muitas delas – dizem até – fantasmas, senão fantasmas improdutivas! E esse dinheiro! Bilhões! Se fala de mais de R\$ 1 bilhão para essas ONGs, ou até mais de R\$ 1 bilhão, sei lá. Nós é que temos de pagar essa conta? Aí é 10% do pedágio, depois mais 10%, mais 1% no ICMS, mais aquilo, mais taxa de cá, taxa de lá, taxa do Detran, e o governo tentando recompor o seu tesouro às custas do sofrimento da população.

Governador, crie coragem e reclame da presidente. Agora, não queira descontar no contribuinte baiano, porque esse já não aguenta, não suporta mais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. **ÁLVARO GOMES**:- Sr. Presidente, demais deputados, visitantes presentes nas Galerias Paulo Jackson, servidores do Ministério Público, todos os presentes, na realidade eu queria fazer um chamamento à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa e a esta Casa para que também se envolvam na luta contra a cobrança de estacionamento nos *shoppings*. Claro que essa luta é da sociedade.

O prefeito João Henrique conseguiu manter a isenção durante todo esse período, mas, agora, a disposição dos *shoppings* é de tentar cobrar o estacionamento. Nós não podemos, em nenhuma hipótese, permitir que isso aconteça. É preciso que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, juntamente com os demais colegas parlamentares, se envolva nessa luta para coibir mais esse abuso. É inaceitável esse abuso que os *shoppings* sempre pretendem implementar. Nós não podemos aceitar. Sabemos que essa questão da cobrança é uma forma de aumentar ainda mais a sua lucratividade desnecessariamente, já que o estacionamento está embutido no próprio consumo das pessoas que vão ao *shopping center*. Portanto, essa luta nós vamos abraçar com muito vigor. Inclusive, o próprio Iapaz vai se envolver com essa luta, porque é uma entidade que também tem obtido algumas vitórias, entidade, inclusive, que eu tenho a responsabilidade de presidir. Nós vamos nos envolver nessa luta contra a cobrança de estacionamento nos *shoppings*, inclusive apelando para a Justiça. Se necessário for, ingressaremos com ações judiciais contra esses abusos.

Sr. Presidente, demais deputados, queria também reforçar, mais uma vez, o convite aos parlamentares para a reunião que nós vamos realizar, amanhã, às 16h, da Frente Parlamentar da Microempresa e do Empreendedor Individual. Essa reunião vai estabelecer metas, objetivos, um plano de ação para essa Frente Parlamentar e também discutir o seu regimento interno, porque nós entendemos que esse segmento precisa ser, cada vez mais, fortalecido, tendo em vista que é responsável pela geração de cerca de 80 % dos empregos formais no Brasil. Esse segmento precisa ser fortalecido para gerar emprego de qualidade. O que nós queremos não é emprego escravo, o que nós queremos não é emprego precário, o que nós queremos é emprego decente, emprego digno, e para propiciar emprego digno esse segmento precisa ser distribuído.

Queria também, Sr. Presidente e demais deputados, fazer um convite a todos os parlamentares presentes para a próxima sexta-feira, quando nós realizaremos aqui uma sessão especial em comemoração ao Dia Estadual da Cultura e da Paz com Justiça Social, que foi ontem, 10 de dezembro.

Na oportunidade, vamos comemorar os nove anos da fundação do Instituto de Estudos e Ação Pela Paz com Justiça Social - Iapaz. Essa sessão especial será realizada no Plenário, a partir das dez horas. É importante a presença de todos os parlamentares e da sociedade para que possamos debater esse tema.

Em nosso entendimento precisamos buscar combater na raiz a questão da

violência. Isso significa implementar políticas de justiça social e redução das desigualdades sociais. Portanto, a paz será conquistada, na nossa opinião, com uma política de justiça social.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde a todos.

Quero dizer que amanhã realizaremos um audiência pública, às dez horas, na Comissão dos Direitos da Mulher e gostaria de contar com a presença dos meus pares e da imprensa. Nela vamos tratar da questão da punição à banda de estupradores que hoje viraram artistas novamente, enquanto as meninas estão aprisionadas e cheias de traumas. Vamos pedir aceleração no julgamento e outras questões mais.

Também quero falar, Sr. Presidente, sobre a questão da cobrança do estacionamento nos shoppings. Eu me lembro que foi uma das marcas do prefeito João Henrique essa luta para que não se pagasse estacionamento nos shoppings de Salvador. Agora estamos vendo, se não me falha a memória, porque não tive tempo de ler direito o material que a minha assessoria mandou, que começará essa cobrança.

Queria mais uma vez fazer um apelo a esta Casa, aos meus pares e à imprensa, para que a gente se mobilize no sentido de impedir que isso aconteça. Acho que uma campanha nas portas dos shoppings mobilizando as pessoas que frequentam e dão lucro a eles vai fazer com que a Justiça reveja essa decisão.

Ultimamente, tenho tido muitas decepções com determinadas decisões que a Justiça tem tomado, como no caso da banda dos estupradores, do pedófilo da UFBA e agora nessa questão da cobrança do estacionamento nos shoppings, deputado Carlos Geilson. Sei que em Feira de Santana não há muitos shoppings. Camaçari tem alguns. Acho que, se essa moda pegar, não vai dar certo. Nós já pagamos muitas tarifas, muitos impostos, e não é correto. Estou fazendo este apelo para que realmente isso não aconteça.

Voltando à questão da reforma política, queria dizer aos meus pares que pedi o apoio de todos para que aceleremos e demos uma força maior a esse debate, a essa discussão. Temos visto na sociedade hoje vários segmentos, várias instituições colocando na pauta do dia a dia essa questão.

Esta Casa, que é uma Casa de leis, deveria ser o primeiro Poder a não deixar essa discussão, esse debate passar ao largo. Precisamos tomar uma posição, fazer pressão junto ao Congresso Nacional para que vote pelo menos o relatório do deputado Henrique Fontana. Mas que também possamos ampliar esse debate, porque acho que a reforma do sistema político brasileiro, precisa ser feita imediatamente, para que a gente realmente consolide a nossa democracia.

Não sei se quem está presente aqui é o pessoal do Ministério Público, mas acho que é. Quero, mais uma vez, registrar o meu apoio e dizer a vocês que desde aquela primeira conversa nós estamos juntos, já fiz vários apelos aqui para que a

gente realmente faça com que o governo e o Ministério Público se entendam e que tirem vocês dessa situação. Então, contem com a nossa luta. Estão aqui os nossos líderes, estamos numa reunião da Bancada, mas daqui a pouco eles estarão por aqui e vamos continuar fazendo essa pressão.

Então, espero que, hoje, essa questão seja resolvida.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, servidores desta, aqueles que nos assistem nesta Assembleia, servidores do Ministério Público, o nosso abraço. Estamos aqui solidários à causa de vocês e esperamos que até o recesso tenhamos uma boa nova para anunciar.

Eu gostaria, também, de me pronunciar sobre a questão dos estacionamento, até porque faço parte da Comissão de Defesa do Consumidor e, para a nossa alegria, acho que o projeto vai, inclusive, de encontro à decisão da Justiça. Está nesta Casa, já em fase de análise nas comissões, o projeto de lei que foi constituído pelo nobre deputado Álvaro Gomes, que prevê justamente a proibição da cobrança dessa taxa de estacionamento em shoppings e em outros estabelecimentos comerciais. Sou relator desse projeto e comungo com a ideia do deputado Álvaro Gomes.

Nesse momento eu gostaria de apelar para o nobre presidente em exercício e para os demais membros de outras comissões, Constituição e Justiça e outras, para que acelerassem a vinda desse projeto para este plenário, nobre presidente. Quando somos convidados a participar de qualquer reunião, exemplificando uma coisa muito própria nossa, de família, para uma festa na casa de um amigo ou de um membro da família, a gente não pode chegar lá e pagar a conta da festa. Então vejo que a questão do estacionamento tem essa onerosidade de pagar taxa de estacionamento. Eles vão dizer, de repente, analisando há 10 anos, que a classe média é que tem automóvel e a maioria vai de ônibus, não paga estacionamento.

Hoje, a classe média cresceu assustadoramente, justamente por conta das políticas que foram implantadas no Brasil a partir do governo do presidente Lula. Portanto, hoje, carro não é mais artigo de luxo, é um artigo de necessidade, de locomoção. Ao irmos ao shopping já estamos contribuindo com várias taxas embutidas nos produtos que a gente encontra dentro do shopping ou de grandes empreendimentos de venda.

Quero, também, parabenizar as comissões, na pessoa do deputado Marcelino Galo, quando entenderam que o projeto de lei sobre o fundo de pasto ele tem que sair de pauta para ser discutido melhor. Acho que é um projeto que vai atender a milhares de famílias em todo Estado da Bahia, deputado Marcelino, e o senhor acompanha isso muito bem. Tirar de pauta para discutir o projeto com mais clareza, inclusive já citando uma das mudanças que são possíveis de acontecer, deputado Marcelino, é o aumento do prazo de regularização dessas terras, porque nós sabemos como a

burocracia da máquina do governo é e, em dois anos, nós poderíamos, com certeza, estar regularizando as terras de milhares de pessoas que estão esperando essa decisão.

Então, adiar a discussão desse projeto de lei nos pareceu muito salutar. Quero aqui parabenizar a Comissão que toma conta desse pleito e ao governo por ter reconhecido que é preciso haver mais discussão.

Então a nossa fala era sobre esses dois assuntos.

Quero dizer, deputado, que com relação aos estacionamento, o Sr. Presidente tem que colocar o projeto o mais breve possível em votação, assim como outros projetos de lei que são de iniciativa do Parlamento e que não estão vindo para esta Casa, este plenário para votação, e quem perde, sempre, é o povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, senhoras e senhores presentes a esta sessão, como havia informado a esta Casa na tarde de ontem, chegou, durante a madrugada, mais um projeto de lei de autoria do Poder Executivo que impõe à população de nosso estado aumentos da carga tributária no estado da Bahia.

O governo Jaques Wagner caminha em direção oposta ao caminho da presidente Dilma Rousseff, que tem feito o esforço no sentido de diminuir a carga tributária do nosso País. Parece-me, contudo, que ela não recomendou aos integrantes do seu partido que adotem também esta mesma postura.

Na semana passada, esta Casa recebeu um projeto que deve ir à votação no dia de hoje. Tal projeto reajusta uma série de taxas que incidirá, diretamente, no dia a dia da população e cria um outro sem-número de novas taxas.

Agora, na noite de segunda-feira, encaminha um outro projeto de lei a esta Casa. Para tal, já foi solicitado a realização de uma sessão extraordinária para a apreciação também em regime de urgência. Este novo projeto penaliza, deputado Carlos Geilson, a nossa população.

O governo não faz a sua lição de casa, não procura equacionar as suas despesas correntes, não se preocupa em diminuir o seu custeio que tem levado a quase totalidade dos recursos arrecadados de nossa população. Este mesmo governo limita-se, deputado Carlos Geilson, a endividar o nosso estado. Esta Casa já aprovou autorização de empréstimos ultrapassando a ordem de R\$ 5,5 bilhões. Por outro lado, ataca, agora, por meio de aumentos indiscriminado de taxas e de impostos à nossa população.

Para V.Ex^{as} terem uma ideia, a análise preliminar de nossa assessoria indica, por exemplo, deputado Carlos Geilson, que o imposto pago por aqueles imóveis, objetos de herança, serão aumentados da ordem de 100%, deputado Rosemberg Pinto. Os impostos cobrados sobre bens, serviços e objetos de doações terão aumentos da ordem de 150%, deputado Alan Sanches.

O governo mexe no ICMS. O governo aumenta o imposto que incide sobre o serviço de telefonia que irá atingir, praticamente, toda a população de nosso estado subindo a alíquota de 25% para 26%, tornando-se uma das maiores de todo o nosso País. O imposto será pago sobre o serviço de telefonia.

E, aí, quando nós fomos analisar o desempenho orçamentário deste governo, verificamos que esses recursos, infelizmente, não são utilizados para o atendimento dos serviços básicos da população.

Neste ano, por exemplo, dos recursos que deveriam ser investidos em segurança pública até o final do mês de novembro, apenas 18% foram devidamente aplicados. Dos recursos destinados à educação, só cerca de 33% foram utilizados. Portanto, este Estado transmite a sensação de que está ao deus-dará, de que está ao sabor do vento.

Se não tem recursos para suprir as suas necessidades – infelizmente, as necessidades deste governo não são as que deveriam ser consideradas as mais importantes, como, por exemplo, a boa prestação de serviços públicos –, para este governo é simples, deputado Elmar Nascimento, manda um projeto de aumento dos impostos para a Assembleia Legislativa e penaliza a nossa população. Essa é marca do governador Jaques Wagner neste final de exercício financeiro de 2012.

Sr. Presidente, a Oposição se posicionará contrariamente tanto em relação a esta urgência quanto à votação dos referidos projetos de lei.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo regimental restante.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários do Ministério Público, Srs. da Imprensa, deputado Paulo Azi, sua intervenção levanta um debate significativo. Primeiro, devo dizer que tenho legitimidade – já que votei em Dilma; V.Ex^a, não – para dizer que precisamos fazer um debate imediato em relação à forma grandiosa como a União detém a arrecadação em detrimento dos estados e municípios.

Precisamos fazer esse debate urgentemente, porque os estados e os municípios acabam tendo a necessidade de fazer determinadas taxações por causa da forma equivocada da arrecadação e da distribuição dos tributos coordenadas pela União. E quem construiu essa estrutura não foi o governo do Partido dos Trabalhadores. Portanto, precisamos rearrumar essa forma de distribuir a arrecadação.

Quero também aproveitar este momento para dizer aos meus queridos deputados e ao meu querido Sandro Régis, que não pôde estar presente em Itapetinga devido a outras atividades, que fizemos uma audiência pública sobre os trabalhadores da Azaleia, empresa que assumiu o fechamento das suas unidades em 12 municípios do entorno daquela cidade. Fizemos uma grande manifestação com a presença de parlamentares, do governo do Estado, do comércio local, do segmento industrial, dos trabalhadores e dos prefeitos de toda a região, no sentido de criar uma grande

campanha para a manutenção da Azaleia naquela região. Exigimos que o governo federal tome medidas no sentido de criar proteção para evitar que o produto fabricado na China venha para cá – através da Indonésia ou de Taiwan – numa disputa desleal com os produtos brasileiros.

Por último, meu querido presidente Gildásio Penedo, dizer que nós, realmente, temos que fazer um debate maduro em relação ao custeio e despesas do Estado, porque estamos aqui, meu querido deputado Paulo Azi, e não podemos fazer o discurso atravessado. Nós temos um compromisso com os trabalhadores do Ministério Público que assumimos aqui com relação ao seu reajuste, ao seu plano de cargos e salários e temos que fazer esse encontro com o custeio, porque senão é um discurso fácil dizer aqui que temos que reduzir o custeio e, aí, a cada discurso aqui é exatamente no sentido de aumentar o custeio do Estado colocado pelos representantes que compõem o Bloco da Minoria.

Por isso, temos que fazer o debate maduro, entendendo que temos que ter uma arrecadação capaz de atender aos anseios dos servidores públicos e da sociedade baiana. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Horário do Grande Expediente. Com a palavra o orador inscrito, deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, senhores das Galerias, todos que nos ouvem e que nos assistem pela *TV Assembleia*, trago aqui à tribuna, meus queridos companheiros, um assunto que nós deveremos fazer tramitar nesta Casa por dispensa de formalidades acerca de um projeto de resolução extremamente importante para esta Casa, a fim de que ela dê mostras para a sociedade civil de que pode dar o exemplo implantando um programa educativo, um programa de pedagogia cidadã extremamente importante aqui para a Bahia que denominamos Parlamento Verde.

É uma congregação de ações articuladas para pegar várias iniciativas que já existem no campo administrativo deste Poder, do Poder Legislativo, para práticas que são conservacionistas, ambientalmente corretas no sentido de diminuir efetivamente os custos de manutenção desta Casa.

Falo da possibilidade de reciclagem de material aqui nesta Casa, da coleta seletiva, da sistemática de redução do custo de energia elétrica, da sistemática também de redução dos custos ligados à utilização da água de captação, seja própria ou de captação de águas fluviais, mas também do reúso das águas servidas. Com isso, certamente, por ano, teremos centenas de milhares de reais de redução na administração desta Casa, algo que consideramos extremamente importante para que esta Casa dê o exemplo para toda a Bahia de que tem uma administração na linha da

sustentabilidade.

Então, solicitamos dos nossos pares o apoio necessário para que nesta Casa possamos implantar essas práticas que são importantes para a consecução dos objetivos do milênio. Quero dizer que no momento em que esta Casa tomar essa posição, amplos setores institucionais, setores da sociedade civil, empresas, órgãos de Estado certamente estarão adotando essa prática, porque é uma prática que está compatível com a necessidade que temos de estar no ambiente ambientalmente justo. Isso está previsto na Constituição de 1988, considerada Constituição Cidadã.

Portanto, hoje, deveremos dispensar as formalidades para que este projeto de resolução seja encaminhado nesta Casa.

Outro assunto que consideramos importante e que certamente estará na pauta da presidente Dilma no ano de 2013, um ano de grandes dificuldades na economia internacional: o Brasil ostenta hoje, mesmo que ainda altas, taxas de juros reais as mais baixas da história. Com isso, a necessidade da meta de superávit primário diminui, e, ao diminuir, sobra dinheiro para investir num investimento produtivo, estimulando a economia e fazendo com que os setores dinâmicos, do ponto de vista macroeconômico, receba fluxo de investimento produtivo na medida das necessidades que teremos de gerar milhões de empregos, dois milhões de empregos por ano para que a economia brasileira continue crescendo. São essas medidas que, ao lado da desoneração da folha de pagamento dos funcionários, principalmente do setor de construção civil, do setor automobilístico, são medidas importantes para a garantia de que a fase de quase pleno emprego esteja sendo festejada como uma coisa inédita nos últimos anos da nossa jovem democracia.

Portanto, neste momento, que é um momento importante para que o Brasil possa conferir sustentabilidade na sua economia, produzir os empregos que precisamos, e, acima de tudo, fazer com que em 2013 a meta de crescimento esteja na ordem de 4% em termos anuais. Com isso, continuaremos fazendo decrescer a taxa de desemprego, mas, acima de tudo, gerando oportunidades nos setores mais dinâmicos e beneficiando os investimentos na área de infraestrutura e na área de logística.

Este momento de crise é também o momento de grandes oportunidades. E esta Casa deve ocupar-se desse debate, que é um debate qualificado, que é um debate cuja contribuição desta Casa nós precisamos estar no cotidiano fazendo reverberar essas oportunidades que o governo Dilma tem à sua frente. Ao lado das reformas estruturantes, principalmente a reforma tributária e fiscal, a reforma trabalhista, a reforma agrária e também, e acima de tudo, a mãe de todas as reformas, que é a reforma política para evitar a “fulanização” da política, principalmente nos momentos eleitorais; a valorização e o fortalecimento das agremiações partidárias, mas, principalmente o financiamento público de campanha, para que se evite que tenhamos nos parlamentos brasileiros, nos três níveis de governo, apenas e tão somente representantes daqueles movimentos que lidam com o sistema financeiro, que lidam com a agricultura comercial, que lidam com todos os encaminhamentos dos investimentos mobiliários, mas não cuida daquilo que é principal para o povo

brasileiro – agricultura familiar, construção civil, educação, saúde, enfim, tudo aquilo que é importante para que o nosso País continue crescendo, trazendo oportunidades para todos os brasileiros. Nós, neste momento, temos também que festejar, pois, chegamos a um milhão de unidades habitacionais, atingindo e diminuindo o déficit histórico, a dívida pública, que este País tinha com aqueles que não tinham o seu teto, o seu chão para morar. Um milhão de unidades entregues neste ano do Programa Minha Casa Minha Vida, e que não era apenas um programa, mas um programa que ensejava a possibilidade de irrigar toda a dinâmica da economia nos municípios nos diversos Estados da Federação e principalmente na União, gerando impostos, serviços e trabalho para aquela mão de obra pouco especializada em todos os rincões deste País.

Portanto, depois de muitos anos, o Brasil passa a investir em saneamento, habitação, modificando as taxas de mortalidade infantil, as agruras e as necessidades daquelas populações que não tinham acesso à moradia digna, ao abastecimento de água de qualidade, água potável, tratada tanto na zona urbana quanto na zona rural, mas principalmente os sistemas de coleta e tratamento de esgoto Brasil afora.

Leis importantes, como a Lei Nacional de Saneamento Básico, que instituiu a necessidade de todos os municípios elaborarem o seu Plano Municipal de Saneamento Ambiental, são outras possibilidades que estamos vivenciando neste País no governo que começa a transformar, depois de 500 anos de história, a vida de milhões e milhões de brasileiros.

Especificamente no trato dessa questão habitacional, estamos trazendo uma indicação para esta Casa a fim de que o Poder Executivo possa rever uma lei que excluía servidores do Estado da Bahia de terem direito a planos habitacionais. Essa indicação visa à inclusão dos servidores públicos das sociedades de economia mista e das empresas públicas do rol de beneficiários do crédito habitacional, instituído pela Lei 7.552, de 29 de novembro de 1999. Com isso as empresas públicas, as empresas da chamada administração indireta, terão oportunidade de colocar à disposição dos funcionários públicos programa habitacional para que o servidor público dessas empresas e de autarquias da administração indireta possa fazer jus a esse sistema habitacional.

Estivemos negociando isso na Secretaria de Relações Institucionais com Sindae- Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia, que representou essa necessidade justa para que o governo do Estado pudesse refazer, restaurar essa dívida, de sorte a dar oportunidade à imensa parcela de servidores públicos que não faziam jus a um direito fundamental, celebrado como direito humano desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando como direito humano inalienável e universal as pessoas terem direito a um teto, a uma moradia digna.

Portanto, essa indicação traz a possibilidade de termos aqui na Bahia, sem sombra de dúvida, um resgate de uma dívida histórica que os governos mais recentes do Estado da Bahia tinham com os servidores da administração indireta. Também queremos trazer uma palavra de tranquilidade para alguns setores que aqui nesta tribuna se manifestaram, principalmente da Oposição, preocupados com um suposto

hiperendividamento do governo do Estado da Bahia. Ora, o limite que está lá na lei considera o índice 2 para que na Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado possa assumir o endividamento. E hoje a Dívida Corrente Líquida sobre a Despesa Corrente Líquida na Bahia está em torno de 0,40, demonstrando a saúde financeira estadual. Portanto, o Estado está com possibilidade de fazer as contrapartidas, assim como também em momento extremamente oportuno os investimentos nas áreas de infraestrutura, principalmente rodoviária e logística. É neste instante que aqui queremos aprofundar esse debate demonstrando a responsabilidade, do ponto de vista financeiro e das contas públicas, que este governo vem tendo, dando mostras de que está fazendo o dever de casa.

Continuando, Sr. Presidente, trago também uma preocupação que vale a pena termos nas discussões que estamos vendo nos jornais, nos *blogs* e estourando principalmente naquela parte mais conservadora da mídia da grande imprensa no Brasil.

Estão satanizando iniciativas importantíssimas que fizeram este País mudar em tão pouco tempo. O objetivo não é só atingir o PT, não é só atingir Lula. Parte da elite brasileira não admite em hipótese nenhuma que amplos setores da sociedade civil tenham tido amplo acesso a bens de consumo que antigamente não tinham, como automóveis e casa própria, melhorando a qualidade de vida das suas famílias. Isso essa turma não admite. Mas essas mudanças chegaram em bom momento e são irreversíveis. Ninguém tira essas vitórias que o Partido dos Trabalhadores em tão pouco tempo ajudou a construir, mudando o cenário da política e da economia. E, acima de tudo, a quantidade de brasileiros que saíram da linha da iniquidade, hoje frequentam a sociedade de consumo e ultrapassaram a linha da miséria. É o financiamento da economia solidário, o microcrédito, a mudança de olhar dum governo comprometido com todos aqueles setores marginalizados da sociedade brasileira que atualmente são protagonistas de movimentos importantes, sustentando a macroeconomia brasileira, o que incomoda essa elite e também a grande imprensa. Esta não tratou, na época em que devia, de como se deu a recondução do mandato de Fernando Henrique Cardoso, que comprou então a cabeça de cada parlamentar por 200 mil reais, fora outras mazelas que a imprensa não tocou.

É o mensalão do PSDB, que está no Supremo Tribunal Federal e até o momento não foi objeto de julgamento. É a imprensa, que não coloca um olhar sobre essa situação demonstrando que sempre teve lado e sempre esteve a serviço do Estado concentrador, do Estado que não repartia o fruto das possibilidades de um País que nasceu para ser grande. E isso tudo incomoda, deputado Marcelino Galo, boa parte da imprensa conservadora e as elites, que não vão ver a mudança que este Brasil que tem sido referência em todo o mundo em função das medidas anticíclicas que estão sendo tomadas para fortalecer a nossa economia e combater os efeitos da crise que hoje assola os países ditos desenvolvidos do Velho Mundo e a economia americana, que hoje está retornando ao eito de voltar a crescer mesmo em termos módicos.

Nesse momento que temos que festejar essas mudanças que vieram para ficar,

e não esperem que essas mudanças, que essa troca de oportunidades que inclui amplos setores da sociedade brasileira acontecerá de graça. É esse debate ideológico que haveremos de fazer em cada Parlamento deste País. Isso será caro para a história, será caro para amplos setores da comunidade, principalmente a excluída, que viveu à margem da produção da riqueza deste País. É um modelo econômico e político diferenciado que substituiu a saga tucana de privatizar por privatizar, as vendas que fizeram do patrimônio brasileiro, colocado no mercado para concentrar oportunidades de grandes grupos. Foi assim na siderurgia, nas indústrias de base, no sistema Eletrobrás, nas telecomunicações, no sistema ferroviário, fazendo atrasar investimentos num país de dimensões continentais, deixando de lado o transporte ferroviário. Mas, hoje, a partir do governo Lula e com o governo Dilma agora, se dispôs mais de 20 bilhões para investir e modernizar o sistema ferroviário de transporte, inclusive privilegiando as regiões Norte e Nordeste no transporte de riquezas, mas principalmente no retorno dos trens de passageiros.

Teremos a oportunidade de ver, certamente nos próximos 10 anos, a região megametropolitana de Salvador, que vai incluir Alagoinhas, a nossa terra, que terá um transporte de passageiros de qualidade, conectado com o metrô da capital, fazendo com que esse sistema de transporte de massa efetivamente seja uma realidade.

São iniciativas dessa natureza que seguramente estão mudando para sempre o nosso País. É motivo de festejarmos, e tudo isso não foi conquistado de graça. Por isso o cerco que estamos a assistir e testemunhar dessa parte da imprensa e da elite que não tolera a transformação da imensa massa de trabalhadores que entra no mercado de consumo que, doze anos atrás, era totalmente marginalizada. É com esse sentimento, é com a perspectiva que temos de estar trazendo para o debate ideais, fundamentos, discussões que possam reverberar os sentimentos, que possam dignificar este Parlamento, para que não fiquemos assistindo a judicialização da política. As negociatas que são feitas com os partidos de aluguel, que são legendas colocadas no leilão frenético a cada eleição que se avizinha. São essas discussões que deveremos trazer para esta Casa a fim de que possamos, de resto, estar colocando para a sociedade imensas possibilidades, cobranças para que vários projetos importantes que tramitaram aqui possam definitivamente ser implementados a fim de que possamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e, em particular, do povo baiano. Portanto, retornando ao tema do Parlamento Verde, solicitamos o apoio de nossos pares para que possamos votar este projeto de resolução que será objeto de dispensa de formalidades.

Meus companheiros, deputados e deputadas, temos, enfim, a chance de estar aqui, repito, tecendo, no imaginário desta Casa, uma oportunidade única de discutir projetos, fundamentos ideológicos, o futuro deste País, ou seja, para onde vai este País, para onde vai esta Bahia e de que forma nós estamos mudando a qualidade de vida do povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Tenho certeza absoluta de que estamos

escrevendo uma nova página na história política da Bahia e deste País. Isso, definitivamente, não será de graça. Esta é uma luta. Isto não será algo pacífico. Mas estamos, aqui nesta Casa, para defender este bastião, qual seja, o Partido dos Trabalhadores com seus aliados. Mudou-se, definitivamente, o cenário político, econômico, como também, as relações sociais deste País em tão pouco tempo depois de 500 anos de história.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Portanto, Sr. Presidente, esta fala e este manifesto, feitos através desta tribuna, são no sentido de que a gente possa trazer este debate à tona, qualificando algumas discussões que considero fundamentais para o debate nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de obter a atenção dos Srs. Líderes Partidários. A conselheira Ridalva Figueiredo, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, se aposentou. Consequentemente, pela Constituição, a vaga pertence à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Quando estávamos, durante o período de dez dias de férias, depois de cinco anos que o nobre presidente e o nobre vice-presidente assumiram a presidência, por solicitação nossa, ele colocou em votação o Projeto de Resolução nº 1538 que foi aprovado por unanimidade.

É o capítulo que orienta como proceder com as vagas dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, quando esta Casa tiver de indicar ou de aprovar quando a vaga pertencer ao Poder Executivo. Pela Constituição, a vaga da conselheira Ridalva Figueiredo pertence à Assembleia Legislativa.

Fui procurado por diversos parlamentares. Os mesmos solicitaram que nós indicássemos esta vaga a um parlamentar. A Casa é política. A Casa tem 63 parlamentares. Diversos parlamentares solicitaram que nós trabalhássemos politicamente no sentido de que a Casa tomasse a decisão política de indicar um de seus membros. Obviamente, após a aposentadoria da conselheira Ridalva Figueiredo, o processo sucessório desta vaga começa nos bastidores políticos.

E nós esperamos acomodar as negociações políticas daqueles que pretendiam ou que estavam sendo sugeridos pela própria mídia, nos *sites*, nos *blogs*, nos jornais. Depois de conversar com diversos líderes e com diversos parlamentares, nós achamos que, neste momento, estamos às vésperas praticamente de entrar em recesso que, pela Constituição, o prazo é 15 de dezembro, mas a tradição e a própria Constituição dizem que só podemos entrar em recesso após a votação do orçamento.

No entanto, os líderes partidários não chegaram a um acordo ainda quanto ao orçamento. Provavelmente, entraremos em recesso, se possível, na próxima semana. Nós tomamos a decisão política de iniciar o processo de preenchimento da vaga deixada pela conselheira Ridalva Figueiredo após a sua aposentadoria.

Vários parlamentares me procuraram no sentido de sugerir um colega. Depois

de conversar com diversos pares para analisarmos a disputa de vaga de conselheiro do tribunal, observamos que o Regimento Interno é omissivo. E a Constituição dizia que era uma indicação, que não era uma disputa no Plenário, era uma indicação da mesa diretora. Isso nós fizemos nas indicações anteriores, indicávamos um nome, a mesa diretora, e ele teria que ter 32 votos aqui no Plenário, ou seja, maioria absoluta.

Por solicitação dos deputados da Oposição, que gostariam de ter o direito de disputar as próximas vagas, que geralmente a Oposição é minoritária, e depois de conversar com o Líder do Governo, deputado Zé Neto, e conversar com o Líder da Oposição, deputado Paulo Azi nós chegamos a essa conclusão e foi aprovada na mesa diretora e depois aprovada no plenário que as vagas podem ser indicadas, primeiro pelo presidente da Casa, pela mesa diretora ou por 20% dos parlamentares que compõem o Poder Legislativo. É óbvio que o deputado que assinar uma lista não pode assinar a outra.

Então, tomamos a decisão política de iniciar o processo hoje. Vou conceder 3 dias a partir de hoje, ou seja, até sexta-feira às 16h05min, se a Mesa Diretora ou 20 % dos parlamentares indicar um parlamentar ou cidadão que preencha os requisitos constitucionais, teremos o prazo de 10 dias, no máximo, para sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. E nós, como presidente, depois de consultá-lo e, diga-se de passagem, por sugestão de diversos parlamentares, a presidência vai indicar o deputado Gildásio Penedo como candidato a disputar no Plenário a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Eu já solicitei ao deputado Gildásio Penedo seu currículo, porque o Regimento obriga a indicação publicada no Diário Oficial e o seu currículo.

Portanto, vou indicar, como presidente da Casa, para disputar no Plenário, e o conselheiro tem que ter 32 votos, numa votação secreta, ou seja, maioria absoluta. O Regimento orienta, se houver disputa de 02, 03 ou mais parlamentares, a presidência indica e dá 03 dias. Nós imaginávamos, deputado Paulo Azi, que inclusive esses 03 dias estivesse aqui no Regimento, infelizmente não foi possível, mas vamos tomar a decisão política de que vamos aguardar até 16h05min da próxima sexta-feira para que a mesa diretora ou 20% dos parlamentares possam indicar um cidadão que preencha os requisitos constitucionais, e concluo dizendo que vou indicar o deputado Gildásio Penedo para que seja analisado politicamente pelos pares da Casa.

O Sr. Cacá Leão:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Cacá Leão.

O Sr. Cacá Leão:- Sr. Presidente, tendo em vista o gesto de V.Ex^a, inclusive atendendo a um apelo desta Casa, que é um apelo de todos, que todos, realmente, pediam que essa vaga fosse indicada por um deputado, principalmente um deputado que estivesse exercendo o seu mandato momentaneamente, e como tenho certeza absoluta que o nome do deputado Gildásio Penedo, indicado por V.Ex^a, é um nome que agrega praticamente todos os parlamentares desta Casa, peço aos nobres líderes, ao deputado Paulo Azi, ao deputado Zé Neto, Líderes da Minoria e Maioria,

respectivamente, que dispensem as formalidades para que a gente faça com que esse rito caminhe mais rápido e que até a próxima semana tenhamos essa votação efetuada e tenho certeza absoluta que esta Casa votando e colocando o nome do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, primeiramente gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo gesto que teve ao permitir, quando V.Ex^a aprovou o projeto de resolução que trata do rito da indicação dos conselheiros, V.Ex^a permitiu que possa existir, efetivamente, uma disputa democrática nesta Casa. Esse era um pleito antigo da Oposição, V.Ex^a havia, efetivamente, assumido esse compromisso com a Oposição por achar que o processo anterior tolhia, de certa forma, a liberdade e o desejo dos parlamentares desta Casa, e V.Ex^a, em boa hora, patrocinou a alteração que permitiu que houvesse, efetivamente, a disputa democrática das indicações para os Tribunais de Contas, seja do Estado, seja do município.

Portanto, quero, nesse momento, parabenizar V.Ex^a pela atitude que teve, no sentido de permitir, efetivamente, que se implante nesta Casa a disputa democrática para a indicação dos diversos membros do conselheiro.

Quero, ao mesmo tempo, em função da indicação que V.Ex^a acaba de fazer nesse momento, com a prerrogativa que tem, dizer que a Oposição se sente confortável com a indicação do deputado Gildásio Penedo, pela extensa folha de serviços prestados ao nosso Estado. Todos nós conhecemos o deputado Gildásio e sabemos que ele está devidamente preparado para assumir essa importante função.

Não será esse o momento em que irei utilizar os microfones para me dirigir ao deputado Gildásio Penedo, vou esperar o momento próprio, mas, desde já, quero comunicar a V.Ex^a que a Oposição não fará nenhum tipo de gestão no sentido de indicar um outro nome para ser objeto de disputa em plenário. Nós, parlamentares que integram a Oposição, parabenizamos V.Ex^a pelo gesto de permitir a disputa e ao mesmo tempo pela escolha que faz e submete à apreciação do Plenário. E a Oposição, da nossa parte, estará aberta para conversar com o Líder do Governo, e se for o caso agilizar os procedimentos regimentais para permitir que, ainda nesse ano legislativo, esta Casa possa submeter a voto a indicação do deputado Gildásio Penedo.

Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço as palavras de V.Ex^a.

Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, eu sempre procuro não me omitir nessas questões, e quero iniciar parabenizando V.Ex^a. Acho que é um dos grandes momentos que esta Casa passa sob vossa presidência.

É difícil um deputado de governo, quando se tem o poder, se tem a caneta, o governo sempre tem a intenção de impor, e a nova legislação em que V.Ex^a atendeu a um pleito de Oposição, e V.Ex^a já foi Oposição por muito tempo, está sendo governo por muito tempo, V.Ex^a eleva o Parlamento. No dia em que foi aprovado uma resolução que autoriza a que 20% dos deputados, propôs na Mesa, trouxe aqui e

aprovou, sempre sob a vossa liderança, que participe do processo, democratizou a Casa e elevou a Casa. A gente não vive de passado, mas temos que reconhecer que quem deu esse grande passo foi V.Ex^a.

E agora, também, sob a vossa condução, quando era aqui desejo, anseio de toda a Casa, de que um parlamentar, um equilibrado parlamentar, que tivesse conhecimento jurídico, reputação ilibada e que tivesse toda a condição de preencher o cargo de conselheiro, V.Ex^a soube conduzir de forma a que tivéssemos um candidato único. Eu vou me reservar para, na Comissão de Constituição e Justiça, falar sobre o deputado Gildásio, que foi um grande companheiro que conheci aqui, desde o meu primeiro mandato, e com quem eu tenho o privilégio de dividir amizade.

Mas, eu quero apenas, Presidente, sugerir, como membro da Mesa e também membro da Comissão de Constituição e Justiça, que V.Ex^a formulasse a indicação para publicação, hoje, no Diário Oficial, e também, enquanto presidente da Casa, pela concordância que eu vejo, a Bancada do PT apoiou, o Líder do Governo já apoiou o Líder da Oposição, que V.Ex^a convocasse uma sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça para amanhã, para que a gente pudesse sabatar o deputado Gildásio Penedo e acelerar o processo. Como nós já vimos aqui, há um acordo da Liderança e essa coisa pode ser acelerada.

Mas, aqui fica, Sr. Presidente, por último, uma questão de ordem com relação ao Regimento. Só nos esquecemos de uma coisa, enfim, a Mesa e todos os deputados: fixar o prazo, a partir da comunicação do Tribunal, para que fosse deflagrado o processo de inscrição. Como V.Ex^a, com muita sobriedade e sapiência, estipulou esse prazo de 3 dias, e o Regimento dispõe que os casos omissos são decididos pela Presidência, claro que com o aval do Plenário, é conveniente que fique registrado isso para que vire praxe.

E assim, todas as vezes que o Tribunal comunique e o presidente da Casa mande publicar no *Diário Oficial*, fique estipulado o prazo de 3 dias para que quem tem a legitimidade – ou seja, o presidente, a Mesa Diretora ou 20% dos deputados – faça a indicação para ser publicada no *D.O.* e cumpridas as finalidades regimentais.

Concluo as minhas palavras mais uma vez parabenizando V.Ex^a pela condução de todo esse processo, elevando a sua marca de democrata ao longo de sua vida.

O Sr. Yulo Oiticica:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Concedo a questão de ordem ao deputado Yulo Oiticica... Estou vendo todos aqui. Só gostaria que fossem breves, porque já há oito pessoas pedindo inscrição. Darei a palavra a todos, porque não posso negar isso num momento histórico como este, quando temos a oportunidade de indicar, salvo engano, pela primeira vez nesta Casa um colega como opção do próprio Parlamento. Só peço que, se possível, sejam breves.

O Sr. Yulo Oiticica:- Serei breve, Sr. Presidente.

Também quero parabenizar V.Ex^a pela condução desse processo. Acho que gestos como esses fortalecem o Poder Legislativo. Na verdade, é uma perspectiva que o senhor e os demais chefes dos Poderes têm consolidado na Bahia, com essa relação harmônica, mas soberana e independente de cada um. Isso nos permite, agora, indicar

o nome do deputado Gildásio Penedo, fato que, sem dúvida, enobrece esta Casa.

Esta Assembleia é uma escola importante para todos que passam por aqui. E o deputado Gildásio sempre foi um deputado atuante, dos bons debates, dos bons embates, sempre com a capacidade de travá-los, mesmo na discordância, em alto nível. E assim deve ser nesta Casa o exercício do debate de ideias.

Portanto, deputado Gildásio Penedo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores se sentirá, sem dúvida, honrada em também indicar o nome de V.Ex^a para o Tribunal de Contas do Estado. E concordo, Sr. Presidente, que aceleremos o processo procedendo imediatamente, pela secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, à convocação do deputado para que seja sabatinado por todos nós.

O Sr. Leur Lomanto: Junior- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto. O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, sempre me posicionei nesta Casa em relação às indicações dos conselheiros dos Tribunais de Contas, afirmando que precisávamos seguir o exemplo da Câmara Federal e de grande parte das Assembleias Legislativas, democratizando a indicação e permitindo que houvesse disputa para o cargo de conselheiro do TCE e do TCM.

Quis o destino que eu, como presidente interino da Assembleia Legislativa, por ordem e solicitação de V.Ex^a, colocasse em votação o projeto de resolução da Mesa Diretora para que se disciplinasse a forma de indicação da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado surgida após a aposentadoria da conselheira Ridalva Figueiredo.

Então, depois daquele momento histórico em que foi aprovado nesta Casa esse projeto de resolução com o qual V.Ex^a democratizou – e não se esperaria outra atitude do senhor e da Mesa Diretora – o processo de indicação do conselheiro, faço-lhe a seguinte sugestão: em vez de o senhor, como presidente da Assembleia Legislativa, fazer a indicação, que estendesse este momento histórico da Assembleia Legislativa da Bahia possibilitando que essa indicação seja feita pela Mesa Diretora.

Acredito que os demais membros da Mesa também corroborarão com essa sugestão. Penso que V.Ex^a daria um presente à Mesa Diretora possibilitando-lhe fazer a indicação do deputado Gildásio Penedo, um parlamentar exemplar que já mostrou toda a sua história, o seu caráter e a sua dedicação às causas do povo da Bahia.

Repito, Sr. Presidente, V.Ex^a daria um presente à Mesa Diretora se possibilitasse que fizéssemos, em conjunto com o senhor, a indicação do deputado Gildásio Penedo. Parabenizo-o mais uma vez pela atitude democrática e republicana que teve em relação à indicação do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis. O Sr. Sandro Régis:- Deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, quero aqui mais uma vez endossar as palavras que todos os deputados já proferiram neste momento. Parabenizar a V.Ex^a e a esta Casa por indicar um deputado da qualidade do deputado Gildásio Penedo para fazer parte do Tribunal de Contas do Estado. É com muita tranquilidade que esta Casa vai indicar um deputado que conheço de perto,

capacitado, sério, inteligente, que com certeza, assim como deu uma grande contribuição à Assembleia, dará uma grande contribuição ao Tribunal de Contas do Estado. Sinto-me muito feliz em participar deste momento em que V.Ex^a traz para esta Casa um legado, muda o rito processual da escolha do conselheiro, dá oportunidade de a partir deste momento esta Casa também ter a voz ativa de também o indicar na sua vez como um deputado que possa ser membro do Tribunal. Desta vez esta Casa indica, de forma muito feliz, um grande parlamentar, que é o deputado Gildásio Penedo. Parabéns, deputado Marcelo Nilo, por concretizar este momento da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, parabenizo-o pela atitude democrática que V.Ex^a teve, tomando a iniciativa de, como presidente, fazer essa indicação do nobre colega, conterrâneo do sertão, Gildásio Penedo. Apesar de jovem, militou por muito tempo junto com meu pai, Mário Negromonte, fazendo parcerias - ele, estadual, Mário Negromonte, federal. É, portanto, motivo de muito orgulho para nós, do sertão e do Nordeste da Bahia, a indicação de V.Ex^a, que é de Tucano, próximo da nossa região. Tenho parentes lá. Tenho certeza de que Tucano hoje está em festa pela indicação de V.Ex^a, mas triste em ver um quadro como V.Ex^a sair da vida pública. Sei do serviço prestado por V.Ex^a na nossa região, na nossa Bahia, e tenho certeza de que poderia fazer muito mais. Vejo o nome de V.Ex^a como um dos melhores quadros que temos aqui nesta Casa. Tenho certeza de que haverá de honrar e muito este Parlamento.

Sr. Presidente, V.Ex^a tomou uma atitude que resguarda aqui este Parlamento. Deixa muito claro que este Parlamento tem o direito legítimo de indicar um dos nossos quadros para ocupar esse espaço importante do nosso Estado. Portanto, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Não é à toa que V.Ex^a sai para a quarta eleição de presidente desta Casa de forma democrática com que V.Ex^a vem trabalhando as suas ações. Parabenizo, portanto, V.Ex^a. Gostaria de estender, quem sabe, essa indicação a todos nós, parlamentares. Tenho certeza de que será unânime aqui o nome do deputado Gildásio Penedo Filho. Agradeço a V.Ex^a e parabenizo-o mais uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Gilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, parabenizar todos já o fizeram. Quero acrescentar dizendo o seguinte: quando cheguei aqui, o presidente Marcelo Nilo, numa conversa informal, começou a falar de cada deputado, e comentou sobre Gildásio Penedo. Tudo aquilo que V.Ex^a falou quando cheguei a esta Casa pude constatar na convivência. V.Ex^a foi muito feliz quando descreveu o comportamento desse parlamentar. Dou o meu testemunho de que me sinto extremamente representado. Esta Casa sente-se extremamente representada por ver o deputado Gildásio Penedo no Tribunal de Contas do Estado. O que quero falar sobre Gildásio Penedo deixarei para fazê-lo oportunamente na nossa Comissão de

Constituição e Justiça. Lamentamos perder um quadro tão importante de uma convivência tão salutar, mas sabemos que vamos ganhar um companheiro que vai representar esta Casa de forma digna, séria e honrada.

Parabéns ao presidente Marcelo Nilo pela forma democrática. É por isso que o deputado Marcelo Nilo é imbatível como candidato à presidência desta Casa. Por isso que as pessoas perguntam: por que Marcelo Nilo? Atos e gestos como esse por si justificam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Reinaldo Braga:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Reinaldo Braga, nosso decano.

O Sr. Reinaldo Braga:- Sr. Presidente, é com muita alegria que assistimos a este momento na história do nosso Parlamento, quando V.Ex^a indica o deputado Gildásio Penedo para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

É um momento histórico realmente, porque V.Ex^a clareou a legislação, ou o Regimento, que era um pouco omisso nessa relação da indicação, apesar de reconhecer que, no passado, alguns deputados já foram indicados também para esse honroso cargo, ora por iniciativa do governador, ora por iniciativa desta Casa, a exemplo de Antônio Honorato Plínio Carneiro, Filemon Matos, Gilberto Miranda e Edivaldo Lopes.

V.Ex^a, repito, agora deu ar mais democrático a esta Casa quando assegura que a minoria, através de 20% dos Srs. Deputados, pode também indicar um candidato a conselheiro, antes isso não era claro no Regimento, levantava várias dúvidas e nunca houve essa polêmica de se indicar mais de um candidato. Isto é que é louvável na iniciativa de V.Ex^a, como presidente desta Casa: permitir que isso aconteça. V.Ex^a, como já bem disse aqui, foi um deputado da Oposição, deve ter sofrido muito isso e resgata essa condição de o Parlamento poder indicar o postulante diretamente, através dos seus próprios parlamentares.

O deputado Leur Lomanto levanta essa questão da Mesa de indicar o deputado Gildásio Penedo, apesar de V.Ex^a já ter feito isso aqui verbalmente e oralmente na Casa, e poderíamos até estender, deputado Marcelo Nilo, que se fosse o caso e não atrapalhasse nada, nós nos sentiríamos até honrados em se tratando da pessoa do deputado Gildásio Penedo, que todos os deputados pudessem assinar essa indicação comandada e referendada por V.Ex^a.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches, último orador, para que possamos voltar aos trabalhos.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, primeiro, gostaria de fazer coro a todos os colegas que me antecederam com relação aos parabéns a V.Ex^a no que tange à decisão de colocar agora a indicação de forma mais democrática, porque hoje 20% poderão fazer essa indicação para o conselheiro.

Sabemos também que não necessariamente teria que ser um deputado, um parlamentar, a indicação não quer dizer que é restrita ao Parlamento, mas indicação do Parlamento ou do presidente, ou ainda de 20% dos deputados. Acredito que o

nosso Líder, o meu Líder, que já é meu conselheiro, deputado Gildásio Penedo, que por diversas vezes me aconselha por estar há muito mais tempo nesta Casa do que eu e conhecer muito bem o Regimento, ter também conduzido muitos debates, então já é o meu conselheiro pessoal, amigo...

Gostei muito de ouvir aqui diversos depoimentos dos colegas da Oposição falando bem do deputado Gildásio Penedo para que a possamos, e também as pessoas que estão nos assistindo, ter uma ideia do trânsito que tem esse parlamentar nesta Casa. Ele consegue ir de A a Z. Queria aqui me associar ao deputado Reinaldo Braga: pelo que estou vendo, vai ser uma decisão praticamente unânime desta Casa subscrever a indicação de V.Ex^a para Gildásio Penedo ao Tribunal de Contas do Estado.

Então, Sr. Presidente Marcelo Nilo, vai precisar do deferimento ou não, mas que V.Ex^a pense. Eu gostaria, conforme o deputado Reinaldo Braga, por ser a primeira vez que estamos fazendo isso, de subscrever na indicação de V.Ex^a e estendê-la a toda esta Casa. Tenho certeza de que será unanimidade.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, a minha fala é no sentido de fazer minhas as palavras dos demais companheiros deputados que se pronunciaram, principalmente no que tange a parabenizar V.Ex^a por mais um gesto adequado ao Parlamento democrático e republicano, o nosso Estado da Bahia. Não é à toa que Deus está concedendo a V.Ex^a, pela sua sabedoria salomônica, o 4º mandato de presidente desta Casa, para a alegria de todos nós.

Então, associo-me aos demais deputados e desejo já ao novo conselheiro muita tranquilidade, paz, saúde e sucesso nesse novo cargo, e que possa aconselhar com consciência e sabedoria, principalmente buscando sempre naquela casa a sabedoria de Deus, uma vez que estará julgando “prefeitos” que são condenados, às vezes, sem direito de defesa em questões técnicas, mas nunca de corrupção, apenas por falha em alguma coisa que, com sensibilidade, descobre-se que foi sempre pelo bem comum da sociedade.

Que Deus abençoe o nosso Gildásio Penedo. V.Ex^a está de parabéns com a Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão, a quem peço desculpar, porque foi quem pediu a palavra no início. Peço desculpas a V.Ex^a. O Sr. Fabrício Falcão:- Quero também me juntar ao nobres colegas. Em primeiro lugar dizer que essa indicação a membro do Tribunal de Contas saiu da indicação do presidente, e que possa ser elevado por até 20% dos deputados, é uma coisa importante. Fato esse que mostra a condição democrática desta Casa, de os colegas poderem ter condições de se articularem aqui dentro para a indicação.

Eu estive no gabinete com o deputado Gildásio Penedo, e ele tem mostrado neste tempo todo em que tem sido deputado em todos os seus mandatos, esse tempo em que o tenho acompanhado aqui, um nome de grande prestígio, de grande

capacidade intelectual, com uma bagagem de conhecimento do Estado da Bahia de muita importância, tem saber jurídico e conhecimentos técnicos.

Acho que será um nome, não só de indicação política desta Casa, porque está é uma Casa política, mas uma indicação técnica capaz de ter um nome de grande valor, que sirva ao povo baiano, que sirva à condição de fiscalizar as contas do Executivo de forma independente, séria. O PCdoB também aprova e clama essa condição do partido votar o nome do deputado Gildásio Penedo, para assumir essa vaga em tão importante tribunal do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem deputado Líder do governo, Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Presidente Marcelo, por um lado ficamos alegres; e por outro lado, tristes. Na verdade, uma das primeiras figuras que conheci nesta Casa, quando cheguei para entregar documentos, o encontrei descendo a escada, e me orientou. Não sabia que ele era deputado, eu era meio catingueiro, não conhecia muito bem a política estadual, e o olhei, ele me orientou para onde ir, eu o achei gente boa. No outro dia, eu vi que ele era deputado. E estava meio desligado na hora, sem saber de quem se tratava, e conheci meu amigo, companheiro, um deputado com quem eu sempre tive uma ótima relação.

Aprendi, nesta Casa, que ser do governo ou da Oposição não precisa ter um trato educado, respeito pessoal. Estivemos em lados opostos, V.Ex^a se lembra? Eram embates muito densos, com muito conteúdo, ele defendendo um posicionamento de Oposição, eu defendendo um posicionamento de governo, e vice-versa, em outro momento eu na Oposição e ele no governo, e nunca tivemos uma rusga sequer em nível pessoal. Acho que este é o exemplo claro do que devemos fazer na vida pública.

Foi por isso, por esse trato educado, sensato, que V.Ex^a teve desta Casa a confiança. Quando V.Ex^a me procurou para conversar, eu disse a V.Ex^a que era só andar, porque eu tinha na cabeça a convicção de que esta Casa reconhece em V.Ex^a alguém digno, que nunca jogou sujo com ninguém, nunca precisou inventar nada de ninguém, nem aumentar. Fez a política na dose certa, como se deve fazer, defendendo ideias, posicionamentos e sendo coerente com o que se propôs a defender. Essa é a grande marca que V.Ex^a há de levar para essa nova etapa da sua vida.

Que Deus te ilumine, que tenhamos essa alegria de poder entregar um dos nossos melhores quadros da política a um outro patamar, a um outro momento da vida pública que, com certeza, será muito bem executado pelo nosso grande companheiro deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Eures Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Eures Ribeiro. O Sr. Eures Ribeiro:- Sr. Presidente, eu também gostaria de me juntar ao coro desse Parlamento, uma vez que esta Casa perderá um grande deputado, mas o Tribunal de Contas ganhará, com certeza, um grande conselheiro.

Fico feliz, no final do nosso mandato, em razão da eleição no município de Bom Jesus da Lapa, onde irei assumir, em dar esse voto, Gildásio, a você, que tenho certeza irá honrar o povo da Bahia como grande conselheiro naquele Tribunal.

Parabéns, e que você possa conduzir essa nova missão que irá assumir em nome do povo baiano com a seriedade e serenidade com que sempre conduziu o seu mandato como deputado.

A Sra. Ivana Bastos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Ivana Bastos, representando as mulheres.

A Sra. Ivana Bastos:- Sr. Presidente, falar de Gildásio nos deixa alegres e, ao mesmo tempo, tristes. Conheci Gildásio na formação do PSD, que foi importantíssimo para que o partido se concretizasse aqui. Gildásio nos gabinetes, amigo, leal, presente, é uma nova etapa. Vai deixar muita saudade, mas acredito que servirá muito mais à Bahia.

Quero parabenizar todos os companheiros. Sou deputada de primeiro mandato e vejo aqui algo bem positivo. Pelo que dizem, no passado era diferente, mas vejo a união de todos, independente de legenda, independente de partido, todos numa só direção e admitindo o potencial, o valor de Gildásio, independente do partido que veio, independente do partido em que está.

Acho, Gildásio, que hoje e sua família podem comemorar. É muito bom nos sentirmos amados, queridos e respeitados, e hoje a Assembleia Legislativa está lhe dando essa prova de respeito e amor.

Sucesso, boa sorte, não esqueça de nós. Acredito que você virá muito aqui nos visitar, conservar essa amizade. O ano de 2013 começará muito positivo, com o pé direito. Boa sorte!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, acatando a sugestão do deputado Leur Lomanto Junior e do deputado Mário Negromonte Júnior, a presidência assinará e os deputados irão subscrever. Espero que todos os 63 assinem. Seria um presente para esta Casa, afinal de contas é um dia histórico. Estou há 22 anos no Parlamento, e nunca esta Casa teve o direito de disputa eleitoral no plenário, e essa sugestão nossa foi por ouvir os pares.

Quero registrar a alegria muito grande em ver o deputado Paulo Azi, líder das oposições, apoiando essa indicação, dispensando, inclusive, a indicação de qualquer cidadão para que disputasse democraticamente no plenário; também em relação ao líder, deputado Zé Neto, que concordou com a indicação da presidência.

Acho que as sugestões são válidas, é um dia importante para nós pois quebramos esse tabu. Estou aqui há 22 anos, e todos os conselheiros que estão no Tribunal de Contas, tanto do Estado como do município, passaram pelo crivo desta Casa, mas nunca houve uma disputa. Essa seria a primeira.

Tendo em vista a grandeza do nome do deputado Gildásio Penedo, que dispensa comentários, quero informar que essa indicação não é exclusiva do presidente, é da Casa. Acho que a sugestão dos deputados é importante. Então, todos os parlamentares indicarão o deputado Gildásio Penedo Filho.

Convoco também os deputados para uma sessão extraordinária, às 11h, amanhã, da Comissão de Constituição e Justiça para que o deputado Gildásio Penedo Filho seja sabatinado pelos pares. Vou ceder este Plenário ao presidente da Comissão,

deputado Paulo Rangel, para que o deputado Gildásio Penedo Filho seja sabatinado, conforme o Regimento Interno da Casa, aqui, no próprio Plenário, tendo em vista que eu tenho a certeza de que a sociedade baiana vai querer acompanhar através da TV Assembleia. Portanto, convoco uma sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Consultei o deputado Paulo Rangel por telefone e o mesmo concordou, consultei também o vice-presidente da Comissão, e amanhã, às 11 horas será sabatinado o deputado Gildásio Penedo Filho. A votação será no último dia, no dia do orçamento.

Faço, aqui, inclusive, um apelo aos deputados Paulo Azi e Zé Neto para que sentem, encontrem a forma política que sempre foi adotada aqui, nesta Casa, e acordem quanto aos projetos que deverão ser votados antes do recesso. O último projeto, é óbvio, será o orçamento, porque se votarmos o orçamento, somos obrigados a entrar em recesso. O deputado Gildásio Penedo Filho será sabatinado amanhã, mas a votação será no último dia. Quero também registrar que, no último dia, vamos fazer a votação do melhor secretário do Estado da Bahia, conforme o Regimento da Casa – Projeto de Resolução aprovado, aqui. Desta vez, cada deputado vai votar em três secretários e em três presidentes de empresa para que a disputa seja a mais democrática possível.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Só quero reiterar uma coisa, Sr. Presidente. O deputado Paulo Azi acatou a dispensa de formalidade e eu também, com relação a esse pleito, não diria pleito, mas com relação a esse conagraçamento da Casa em torno do nome do nosso deputado Gildásio Penedo Filho. A Bancada do Governo também abre mão de todas as formalidades para que se cumpram todos os atos que forem necessários. Se esse toque chegar no coração do deputado Paulo Azi, poderemos até antecipar esse último dia para semana que vem e declarar outras dispensas, se for possível.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, está aprovada, portanto, a dispensa de formalidades.

O diretor Geraldo Mascarenhas já está providenciando a indicação e os deputados subscreverão a indicação do nome do nobre parlamentar Gildásio Penedo Filho para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Amanhã, às 11h, teremos a sabatina do deputado Gildásio Penedo Filho na Comissão de Constituição e Justiça e a votação. Além da sabatina, ele tem de ser aprovado ou reprovado na Comissão de Constituição e Justiça, espero, inclusive, que seja aprovado e, posteriormente, virá para o Plenário. O Plenário será no último dia da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Maioria ou do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- É PV, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O PV ainda não indicou?

O Sr. Marcelino Galo:- Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Me desculpe. Com a palavra o Líder da Maioria ou do PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- O nobre deputado Gildásio Penedo Filho indicado por V.Ex^a usaria o tempo, mas ele desistiu porque está muito emocionado. Pelo tempo de 10 minutos, falará o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores que honram esta Casa e demais presentes nas Galerias Paulo Jackson, aproveito a oportunidade para parabenizar, mais uma vez, a Presidência desta Casa como também a Mesa Diretora por seus atos sempre sérios e democráticos em adiantar o pleito ou a escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Gostaria de dizer o já dito, ou seja, a Assembleia Legislativa perderá de seu quadro um de seus grandes pares, mas o Tribunal do Contas do Estado fará a aquisição de um excelente conselheiro.

Gostaria, tão somente, neste meu pronunciamento, de aproveitar o clima harmônico desta Casa, onde o presidente, o Líder do Governo e o Líder da Oposição estão unidos e fraternos, para pedir a vista, de maneira também célere, do projeto que está olhando a maneira de fazer justiça aos funcionários do Ministério Público (palmas), pois eles já estão há alguns dias nesta Casa.

E como estamos alegres e tomando providências no sentido de resolver uma coisa, que resolvamos também este outro problema também importante, uma vez que beneficiará esses técnicos e esses profissionais aguerridos do Ministério Público, os quais tiveram a capacidade e a coragem de estar aqui demarcando campo, mostrando que estão em busca dos seus direitos, porque justos são.

Assim sendo, gostaria de fazer um pedido ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição e aos demais deputados para que possamos adiantar a pauta, objetivando a votação de forma que dê os direitos buscados pelos mais nobres técnicos do Ministério Público que estão em nossa Casa.

No mais, que Deus continue abençoando este Parlamento e a nossa Bahia na busca de dias melhores.

Muito obrigado.

Mas, continuando, Sr. Presidente, gostaria, também, de falar um pouco sobre o modelo novo de gestão que está acontecendo em nossa Nação e em nosso estado. Espero que este modelo seja refletido dentro de Salvador.

Fiquei muito alegre com o comportamento do governador Jaques Wagner ao receber o próximo prefeito de Salvador, o Sr. ACM Neto. Ele foi bem recebido pelo nosso governador, pois mostrou a sua posição democrática e republicana. Aliás, não só isso, pois, além de tratar de assuntos muito importantes para a nossa capital, comprovado ficou que aquela tese de administrar Salvador sozinho foi uma fala momentânea do prefeito eleito, pois ele percebeu que há condições de administrar Salvador com parcerias. Hoje, ele próprio já fala sobre isso de maneira diferente. Ele próprio já entende a necessidade que há da união entre os três governos – municipal, estadual e federal – para beneficiar o povo de Salvador. Ele saiu da Governadoria

com algumas metas traçadas e com a participação do nosso governador que já trabalha dando infraestrutura para os projetos que precisam estar prontos até a Copa do Mundo. Também, o governador prontificou-se a buscar a ponte do recebimento de recursos da Presidência da República para o novo gestor, um prefeito jovem. Espero em Deus que, independente de nossas diferenças partidárias, ele encarne também o republicanismo, a democracia, aquilo que lhe é peculiar até pela sua inteligência. Desejamos que ele não traga, de forma nenhuma, nem sombra de métodos e de administrações do passado, mas que acompanhe inclusive o método sempre sensível e democrático do nosso governador. Da mesma forma, foram também atendidos, em Brasília, pela presidente Dilma. Aproveito para parabenizá-la, uma vez que já estava tudo certo para atender o novo prefeito após a posse, mas o governador, com seu gesto respeitoso, conseguiu demover a presidência da República e garantiu a audiência ao novo prefeito que, uma vez eleito, não interessa de que partido ele seja; uma vez prefeito eleito, temos obrigação de respeitar a vontade popular, o sufrágio legal do povo e pedir a Deus que dê sabedoria, sim, ao novo prefeito, para tirar Salvador do caos, do Ostracismo, do que está acontecendo, a falta de respeito em tudo quanto é canto, no trânsito, nas ruas, esse tráfego intransitável que temos em nossa cidade.

Hoje, o cidadão trabalha, e para chegar ao trabalho precisa levantar duas, três horas antes, tem que acordar e sair de sua casa duas ou três horas antes, porque senão está se arriscando a chegar atrasado, perder o seu dia, tudo isso por conta do trânsito caótico da nossa capital.

Também não poderia deixar de pedir providências no sentido de que seja atendido por parte do governo do Estado, junto ao governo federal, nosso pedido de helicópteros para a implantação da SAMU aérea em nosso Estado. Uma vez que a Região Metropolitana e Salvador está congestionada e em cada acidente de trânsito que temos em nossa capital leva-se um tempo muito grande para o socorro chegar, uma vez que pelo transporte terrestre temos perdido vidas importantes. Portanto, peço ao governo do Estado que faça ingestões junto ao governo federal, para que comprem os helicópteros e possamos implantar, aqui na Bahia, urgente, o SAMU Aéreo, prestando socorro com mais segurança e rapidez, salvando vidas em nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a palavra ao próximo orador, tendo em vista que amanhã, pela manhã, aqui no plenário haverá uma sessão especial do deputado Carlos Ubaldino, informo que nós vamos fazer a sabatina do deputado Gildásio Penedo na sala da Comissão de Constituição e Justiça. Então fica marcada para amanhã, às 11 horas, a sabatina.

Com a palavra o Líder do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- O deputado Capitão Tadeu falará pelos 10 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Deputados,

funcionários, meus amigos do Ministério Público aqui presentes...

Senhor da Galeria:- E o nosso projeto, deputado?

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Não entendi.

Senhor da Galeria:- A votação do nosso projeto?

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Eu quero dizer que estou aqui para apoiá-los, mas vocês também têm que ter coragem para cobrar do procurador geral, porque ele, o procurador geral, foi quem colocou a criação de 600 cargos, e isso é que está atrapalhando. De minha parte vocês não precisam cobrar, porque estou aqui dando todo apoio. O procurador geral, o chefe de vocês, colocou um dispositivo criando 600 cargos, e isso está fazendo com que o governo do Estado não queira liberar. O deputado aqui não pode passar por cima, pegar o projeto e trazer para a votação. Eu não tenho poderes para isso.

Quem está atrapalhando vocês é o projeto do Procurador-Geral do Estado, porque ele poderia fazer dois projetos separados e trazer para a votação. Só que os colocou juntos. Agora, pressionar este deputado aqui não resolve nada porque, se dependesse de mim, já estaria aprovado.

Contem comigo, estou nesta Casa para defender vocês. Infelizmente não tenho poderes para trazer o projeto a votação, mas estou sempre à disposição de vocês. (Manifestação da plateia.)

Fui obrigado a fazer publicamente o esclarecimento. Apesar de saber que vocês já sabem, como cobraram de mim publicamente, tive de dar uma resposta pública. Porém da minha parte vocês têm toda a simpatia, toda a boa vontade em querer ajudá-los.

Meus amigos, eu gostaria de fazer um comentário sobre o turismo no Estado. Mas antes quero dizer que tenho sido um crítico do serviço público aqui na Bahia, mostrando que não funciona bem. É só criação de cargos, impostos, e o serviço prestado à população nunca atende à demanda. Isso não é só os governos estadual, municipal e federal, tanto os passados quanto os atuais. O problema se dá nos três Poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, além do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Realmente o serviço público no Brasil precisa ser revisto antes que ele destrua a nossa Nação.

Agora farei um registro na área de turismo. O secretário Domingos Leonelli foi agraciado com o prêmio *Personalidade do Turismo 2012*. Só duas autoridades públicas receberam esse prêmio este ano: o secretário e o presidente da Embratur, Sr. Dino Flávio. Isso realmente temos de registrar parabenizando a desenvoltura do secretário nessa área e dizendo que o turismo precisa não só da criatividade do seu secretário, mas também de outras ações nas esferas municipal e estadual.

Não tenho dúvida em afirmar que o problema de segurança pública aqui na Bahia tem sido um dos entraves à questão do turismo. E reputo na Secretaria do Turismo como uma boa gestão a de Domingos Leonelli. Entretanto não atinge os objetivos desejados por conta da questão da segurança pública, que tem afugentado o turismo. Da mesma maneira que a cidade de Salvador da forma como está, suja, imunda, mal-iluminada e com uma orla malcuidada e abandonada, não é um atrativo

para o turismo.

Então, faço este registro para dizer que não podemos ver o serviço público de forma isolada nem analisar o turismo sem analisarmos a educação, a saúde, a preservação, a limpeza da cidade, a segurança pública.

No mais, os meus parabéns ao secretário Domingo Leonelli por esse importante prêmio recebido da *Folha Dirigida*, em São Paulo, o qual trouxe para a Bahia essa boa imagem na gestão do turismo. Mas, como eu disse e repito, a gestão isolada do turismo não traz os efeitos necessários e suficientes. Acredito que o turismo está com uma boa gestão, mas o governo como um todo precisa ajudar.

Obrigado, senhores. Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do PSL/PRB/PP pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Pelo tempo de 10 minutos falará o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, venho a esta tribuna, primeiro, para convocar todos os Srs. Parlamentares que compõem a Comissão de Saúde desta Casa, tanto os titulares quanto suplentes, para na próxima terça-feira assistirem à apresentação do relatório das ações que essa comissão prestou ao povo baiano, tanto em 2011 quanto em 2012. Prestação de contas para toda a população baiana.

Estamos chegando a mais um final de ano e creio que a última reunião dessa comissão será na próxima semana. Em seguida, o Plenário entrará em recesso. Falo Plenário porque nós deputados não temos férias, como muitos dizem. A população tem recebido informações equivocadas sobre o recesso. A própria imprensa divulga muitas vezes que os Srs. Deputados estão de férias.

Não é essa a realidade, pois os gabinetes continuam funcionando. Apenas o Plenário não tem reuniões ordinárias durante o mês de janeiro. Tanto os gabinetes como toda a estrutura da Casa funcionam normalmente. É bom deixar isso muito bem explicado para que a população possa saber o que significa recesso. Quando era vereador também passava por esse questionamento, quando diziam que deputados e vereadores têm férias. Não é verdade, apenas os Plenários das Casas Legislativas municipais, estaduais e federais entram em recesso das sessões, mas o funcionamento dos gabinetes continua normalmente.

Pois bem, Sr. Presidente, apresentaremos o nosso relatório mostrando para a opinião pública o que a Comissão de Saúde produziu durante esse período. Faremos uma recapitulação de 2011 e mostraremos também o que aconteceu em 2012. Como presidente dessa Comissão devo prestar contas para que a população possa saber o que ela produziu para o bem do povo baiano.

Convoco todos os Srs. Deputados a comparecerem, para que assim possam

mostrar aos seus redutos eleitorais a nossa colaboração para a saúde da Bahia. Tudo que será apresentado foi construído pelos Srs. Deputados que compõem essa comissão.

Apelo a todos os Srs. Deputados da Comissão de Saúde para que estejam presentes à sessão da próxima terça-feira, quando faremos a finalização dos trabalhos e mostraremos à população o que produzimos.

Gostaria também de dizer mais uma vez que estamos dando continuidade ao colhimento das assinaturas para o projeto de lei popular Assine Mais Saúde. Pretendemos com esse projeto de lei que a presidente Dilma possa direcionar 10% do valor bruto da União para a saúde pública.

Eu estava lendo aqui um jornal, e, com certeza, a partir de janeiro, fevereiro que os trabalhos do Plenário voltam a funcionar nas Casas Legislativas, principalmente nas Câmaras de Vereadores, a Câmara com novos vereadores, muitas cidades com novos prefeitos, com certeza estarão se mobilizando para irem a Brasília, com aquela marcha que eles fazem todo ano, duas, três marchas, pedindo mais recursos para os municípios, o que é uma justa cobrança. Quanto mais recurso tem o município, melhor para aquela população que ali habita.

Então nós temos o projeto o Assine Mais Saúde, que é em benefício da população, não só da Bahia mas do Brasil, para que a presidente Dilma possa colocar 10% dos recursos da União para a saúde, porque já existe a lei, a emenda 29, que determina e regulamenta que os municípios têm que gastar até 15% dos seus recursos próprios; os estados têm que gastar até 12% dos seus recursos próprios na saúde.

Então é mais do que justo que a presidente Dilma possa direcionar para o ano de 2013, mais recursos para investir na saúde onde novos prefeitos estarão assumindo a administração em muitas cidades do Brasil, mais de cinco mil cidades, muitos foram reeleitos e outros são novos na administração pública. Acho que a saúde, a segurança pública, a educação é a base para que a população possa ter uma esperança de vida. E, também, a própria Constituição do nosso País assegura que os estados têm que ter uma saúde de qualidade.

Então, mais uma vez, faço aqui um apelo para que os Srs. Deputados, não só da Comissão de Saúde mas também os Srs. Deputados que pegaram aquele *kit* que mandei para cada gabinete para colher as assinaturas das suas Bases, das suas Lideranças, possam encaminhar essas fichas preenchidas com o nome de várias pessoas que assinaram o Assine Mais Saúde, para que possamos juntar com as assinaturas de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Ceará. Enfim, possa levar um milhão e quinhentas mil assinaturas para que a presidente Dilma venha se sensibilizar e colocar, realmente, aquilo que é justo, porque a lei determina para os estados, municípios e o Distrito Federal um percentual que tem que ser investido na saúde, mas o governo federal não tem tido essa obrigação. Ele manda 5%, tem mês que manda 6%, tem mês que manda 4%, Sr. Presidente, é de acordo com o PIB, de acordo com o que governo arrecadou no ano anterior.

Então, quando fixar esse valor de 10%, com certeza teremos mais saúde,

melhor qualidade de vida para a população, teremos mais médicos sendo pagos com um salário digno, tanto o médico como a enfermeira, enfim, todas as especialidades que têm a ver com a saúde de cada cidadão.

Então, Sr. Presidente, para concluir, espero receber da sua cidade Coração de Maria, mais de duas mil, três mil assinaturas daquele povo que tem realmente precisado de mais recursos para saúde, como também meu amigo Marcelino Galo, meu amigo Zé Raimundo, da cidade de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista também tem que colocar o nome na história com Assine Mais Saúde.

É só isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o Líder do PTN/PSC/PRP para indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa)

Não havendo orador, com a palavra o Líder do PDT/PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pelo tempo de 10 minutos falará o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros e companheiras do Ministério Público, quero reiterar o nosso apoio a essa importante demanda que é potencializar o Ministério Público da Bahia. Vale lembrar que ontem, comemorando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Direito da Criança e do Adolescente, nós lembramos da ação do Ministério público para que hoje na Bahia existam conselhos tutelares nas 417 cidades. Portanto, a criação dos conselhos democraticamente eleitos pela comunidade tem sido um instrumento de garantia dos direitos humanos e garantia de modo bem especial dos direitos de nossas crianças e adolescentes. Sr. Presidente, lembrando ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no dia de ontem fez 64 anos, o governador Jaques Wagner não podia dar um presente melhor às novas gerações, pagando uma dívida do Estado brasileiro, consequentemente também do Estado baiano para com toda sua população, que é, a partir do decreto 14.327, instituir a Comissão da Verdade no âmbito do Estado da Bahia, a partir da Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos.

Sabemos da truculência, do período cinzento que foi a ditadura militar no nosso País. As histórias dos porões da ditadura ainda não foram verdadeiramente contados, no que pese uma série de livros, documentos, e até longas metragens construídos a partir deste tema, muito pouco ainda foi contado. A violenta ditadura militar que existiu no nosso País exige que o governo brasileiro construa verdadeiramente uma comissão capaz de contar essa história. A presidenta Dilma teve, portanto, a coragem de, no âmbito federal, constituir a Comissão da Verdade. E, agora, o governador, exatamente no aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, institui essa comissão. Mas diferente do que alguns pensam que é vingança

ou revanche, muito pelo contrário, essa é uma dívida que a democracia tem que acertar com o povo brasileiro. Essa história tem que ser verdadeiramente contada, inclusive na perspectiva da punição daqueles que ultrapassaram o limite legal e usaram da força bruta para torturar, para matar e deixar tantas famílias ainda hoje chorando a perda, a saudade dos tantos brasileiros e brasileiras desaparecidos.

Portanto, Sr. Presidente, o governador Jaques Wagner, institui essa comissão e terá atuação e parceria também com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com várias organizações do movimento social, entre eles a Comissão de Mortos e Desaparecidos, o Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros que já têm uma experiência, uma trajetória na construção dessa história que deve verdadeiramente ser contada para que todos conheçam o que foi a truculência da ditadura militar.

É verdade que discutir direitos humanos depois de 74 anos da Declaração ainda é um desafio muito grande. Ontem, no seminário estadual promovido pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, tivemos a oportunidade de iniciar um importante debate, seja na construção do diagnóstico, seja na formulação de políticas públicas de garantia aos direitos humanos.

É lamentável, deputado Marcelino Galo, que ainda a cada cinco segundos morra uma criança de fome no planeta. É lamentável que no Brasil a cada ano morram 600 crianças por falta de saneamento básico. Olha, talvez os seres humanos, lembrávamos disso no seminário, deversem aprender com outros seres que não são humanos mas são vivos. A solidariedade dos elefantes poderia ser um exemplo para nós seres humanos. Os elefantes não abandonam um dos seus em hipótese alguma, inclusive na hora da doença e próximo da morte. E fazem isso por instinto. Que pena que a raça humana ainda não faça por instinto ou por opção! Ainda e infelizmente a solidariedade das pessoas, a ação das nações, as políticas de estado não têm sido capazes de fazer com que todos, verdadeiramente, tenham direito à vida - e plena. Direitos numa perspectiva da sobrevivência, do prazer, da alegria, do lazer. Lamentavelmente ainda estamos perdendo para a violação brutal aos direitos humanos.

A madre Teresa de Calcutá, que foi uma referência na garantia da luta pelos direitos humanos, certa vez, Sr. Presidente, recebeu a visita de um jornalista inglês que queria fazer uma entrevista, e ela disse que antes tinha de visitar alguns doentes, mas em seguida a daria. Depois de duas horas de caminhada entre os doentes, o jornalista, indignado com o que via, o abandono, o desprezo de tantos seres humanos, mas impressionado pelo trabalho extraordinário da madre Teresa de Calcutá, fez a primeira pergunta: exatamente o que ela achava que deveria mudar para que aquela miséria humana não acontecesse. Imaginava certamente esse jornalista que ela faria críticas à economia mundial, a governos, ao Fundo Monetário Internacional ou coisa parecida. E a madre disse que o que precisava para a garantia dos direitos humanos era que ele e ela mudassem de atitude.

A resposta da madre Teresa de Calcutá deve servir para cada um de nós nesse aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muitas vezes é crítica fácil ao outro, seja quem for o outro, tirando assim a responsabilidade que cada um de

nós tem em defesa da vida, em defesa dos direitos humanos e pela garantia do direito e da sobrevivência de muitos. Infelizmente a violência entre os seres humanos, o egoísmo, a vaidade, a disputa, o desejo cada vez mais de ter do que ser fazem com que o mundo ainda seja marcado pela violação aos direitos humanos. Imaginem que dos últimos 20 mil linchamentos no Brasil só um deles levou o assassino à cadeia. Portanto, assegurar a garantia dos direitos humanos não pressupõe justiça com as próprias mãos.

Sem dúvida, convoco cada um e cada uma a colocar as mãos em defesa dos direitos humanos. A solidariedade, a preocupação com o outro, a formulação e gestão de políticas públicas que possam garantir a dignidade da raça humana, tudo isso é papel de cada ser humano.

Esse aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos certamente não é momento de comemorar, porque ainda temos poucos avanços que levem à comemoração dessa declaração. Se ela é para lembrar o brutal holocausto cometido por um austríaco e tantos alemães, serve também para que cada um de nós reflita o papel do Estado, o papel da sociedade, o papel do indivíduo na garantia dos direitos humanos.

É exatamente por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, que precisamos debater mais os direitos humanos, formular e aprovar projetos de lei, sem dúvida, de todos os deputados e deputadas desta Casa, que tramitam ainda nas gavetas adormecidas desta Casa, para que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia possa, portanto, contribuir com a garantia dos direitos humanos, com a formulação e a gestão de políticas públicas.

A Assembleia Legislativa baiana ainda tem essa dívida e precisa pagar para que enfim possamos um dia nos juntar a todos e todas que militam os direitos humanos e fazer com que essa causa nobre continue a ser praticada por tantos e tantas que não abrem mão de dizer: “Viva a militância dos direitos humanos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o Líder do PR ou PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não havendo orador a indicar, com a palavra o Líder do PSD pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará por todo o tempo o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre comunista Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes às Galerias Paulo Jackson, quero neste momento, inclusive reforçando o discurso do nosso companheiro Yulo Oiticica, parabenizar o governador Jaques Wagner pelo decreto nº 14. 227, de 10 de dezembro de 2012, que cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

O governador Jaques Wagner está de parabéns por criar a Comissão da Verdade através de decreto. Essa é uma luta de todos nós, é uma luta de todos os órgãos de direitos humanos, de toda a sociedade. Já temos a Comissão da Verdade Nacional, temos a Comissão da Verdade em vários municípios, e aqui nesta Casa Legislativa, logo após a criação da Comissão da Verdade Nacional indicamos ao governador do Estado da Bahia a criação da Comissão da Verdade estadual. Inclusive, anexamos a minuta do decreto que cria a Comissão da Verdade no âmbito da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, fizemos essa minuta e a encaminhamos ao governador do Estado.

Portanto, esse decreto do governador do Estado está em consonância com os anseios da população da sociedade, o decreto é muito importante, estabelece dois anos para que a Comissão da Verdade cumpra a sua tarefa de buscar resgatar a verdade no Estado da Bahia e é composta, conforme sugestão nossa, de sete membros, e terá um grande papel a desenvolver.

O objetivo da Comissão da Verdade, conforme o próprio decreto, são:

(Lê) *“I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º deste Decreto.*

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria ocorridos no território do Estado da Bahia.

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º deste Decreto e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade.

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes, em especial à Comissão Nacional da Verdade, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de grave violações de direitos humanos ocorridos no território do Estado da Bahia, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações e suas famílias.”

São alguns objetivos, é um decreto que contém 11 artigos, portanto a Bahia está, neste momento, inserida na luta pelo estabelecimento da verdade, e eu queria parabenizar o governador Jaques Wagner pela sua sensibilidade de criar a Comissão da Verdade na Bahia, reivindicação de vários grupos de direitos humanos, como o Tortura Nunca Mais, o Iapaz, desta Casa e, sem dúvida nenhuma, não poderia ser diferente a posição do governador a não ser a de acatar as reivindicações, acatar essa

luta de toda a sociedade, que é a luta para estabelecer a verdade.

Não podemos, em hipótese alguma, permitir que a verdade seja escondida, não podemos permitir que a situação que a sociedade viveu naquele momento continue obscura. Por isso o governo federal teve a sensibilidade de criar a Comissão Nacional da Verdade e é dessa forma que vai se descobrindo fatos importantes, como o assassinato de Anísio Teixeira, que não foi um acidente a sua morte, como se anunciou na época da ditadura, mas, sim, um assassinato. E isso foi descoberto pela Comissão da Verdade.

Essa Comissão da Verdade naturalmente vai descobrir muitos fatos que foram contados de forma mentirosa, por isso o decreto do governador deverá funcionar em breve com a escolha dos sete membros da Comissão da Verdade. Sem dúvida, essa comissão fará um grande trabalho no Estado da Bahia, até porque aqui também enfrentamos os reflexos, muitos problemas oriundos da ditadura militar. E aqui na Bahia ela foi muito perversa com os trabalhadores, com a sociedade, com os democratas.

Por isso parabéns, governador Jaques Wagner, pelo decreto que cria a Comissão da Verdade.

Eu queria, mais uma vez, reforçar a nossa luta pela aprovação de um projeto de lei de minha autoria: (Lê) *“veda a cobrança a qualquer título do uso de serviço de estacionamento de veículos automotores fornecido por estabelecimentos comerciais no âmbito do Estado da Bahia.”*

Segundo o nosso projeto, o seu art. 1º estabelece que (lê): *“É vedada a cobrança, a qualquer título, pelo uso do serviço de estacionamento de veículos automotores nas dependências físicas de estabelecimentos comerciais localizados no Estado da Bahia. Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, entende-se como estabelecimento comercial, dentre outros, shopping centers, centros comerciais, galerias, centros médicos e/ou odontológicos, centros de abastecimento, hospitais, clínicas de saúde, lojas de venda a varejo e/ou atacado, mercados, hipermercados e supermercados, bancos e similares.”* Portanto, este projeto está tramitando aqui. O nosso colega e companheiro Carlos Brasileiro é o relator na Comissão de Defesa do Consumidor. Ele já fez o relatório em defesa da aprovação deste projeto. Logo, é preciso acelerar a discussão, porque não podemos permitir a cobrança do uso de estacionamento por parte de veículos automotores em *shoppings centers* de Salvador.

Quero, aqui, registrar, justiça seja feita, o empenho do prefeito João Henrique, durante o seu mandato, para que tal cobrança não fosse realizada. E não podemos, agora, no final do governo de João Henrique ou no início do próximo governo, permitir que os *shoppings centers* passem a cobrar pelo uso do estacionamento.

Por isso faço um chamamento, não apenas à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, mas faço um chamamento também a todos os deputados desta Casa para se colocarem contra a cobrança do uso do estacionamento em *shoppings centers*.

O Sr. PRESIDENTE (Ângelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Faço um chamamento, também, a toda a

sociedade, aos órgãos de defesa do consumidor para apoiar a aprovação deste projeto que proíbe a cobrança de estacionamento em *shoppings centers*. Este é o Projeto de Lei nº 16.095/2007. Nós apresentamos este projeto ainda em 2007. Portanto, é necessária a aprovação imediata deste projeto para coibir esses abusos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o Líder do Democratas ou do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, falará o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, grande liderança do PMDB, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, deputado Angelo Coronel, deputados presentes, senhores da imprensa, o governo do estado reconhece só agora a gestão do secretário da Fazenda, Carlos Martins, que tanto a Oposição criticou de que aquele secretário não estava apto para o cargo, pois levou o estado da Bahia à falência. E o governo, ao invés de agir com força de gestão, com competência, após as eleições, tenta escorchar a população baiana.

Isso se comprovou, pois chegou, na semana passada, aqui, o aumento de taxas e de tarifas referentes ao Detran e à Secretaria da Agricultura. Com menos de uma semana, hoje, a Assembleia Legislativa deverá votar, porque o governo tem maioria. E a Oposição, com apenas 18 Srs. Deputados, não pode impedir a votação, em regime de urgência, da aprovação do aumento de alíquotas do ICMS. E pior! Esses são aumentos que atingirão, inclusive, a classe mais pobre da Bahia, pois as pessoas usam a telefonia móvel para fazer os seus trabalhos e para gerir os seus negócios e se sentirão altamente prejudicadas.

No dia de hoje, o projeto apresentado é, na verdade, a maior escorcha já chegada a esta Casa nesses últimos tempos. E o governo do estado só apresenta tais projetos de aumento de alíquotas após as eleições municipais. O discurso é um. A prática é essa que aqui está. Enquanto o governo tenta trazer problemas para o contribuinte, nós assistimos aqui, na tarde de hoje, à presença dos servidores do Ministério Público, onde o Líder do Governo praticamente descartou a possibilidade de uma votação até o fim do recesso parlamentar.

Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta tribuna, demonstrar o meu protesto, demonstrar que a Oposição não vai votar a favor desse projeto que vem de encontro ao discurso que se diz republicano do governador do Estado, ao discurso do Líder do Governo, ao discurso do Partido dos Trabalhadores e indo no caminho inverso do governo federal. Enquanto o governo federal tenta eliminar, diminuir impostos, aqui na Bahia se aumenta alíquotas, se aumenta tarifas de telefone celular, se atinge a população de baixa renda de todo o Estado da Bahia.

A Oposição vai obstruir esse projeto. Fará uma das maiores obstruções deste parlamento, quando esse projeto vir à votação, e estarei, no dia de hoje, votando contra essa escorcha contra os contribuintes baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o Líder do PT pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:-Sr. Presidente, falará por 5 minutos a deputada Luiza Maia, logo após, por 5 minutos também, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Numa inversão, com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, imprensa, assessores, gabinetes, pessoal técnico-administrativo.

Trago para esta breve intervenção os parabéns para os amigos e companheiros de Coaraci que está comemorando 60 anos de fundada amanhã e gostaria de deixar os meus cumprimentos aos amigos, aos companheiros, à prefeita, professora Josefina Maria Castro Santos, ao vereador Dr. Rui Castro, ao nosso querido amigo, secretário Décio Tosta de Santana. Josefina e Décio foram nossos colegas na Universidade do Sudoeste da Bahia, depois se transferiram para Santa Cruz e hoje são lideranças importantes em Coaraci.

Trago também, Sr. Presidente, os cumprimentos aos amigos de Encruzilhada, de forma especial Dr. Alcides Ferraz que é presidente e prefeito eleito do Partido dos Trabalhadores lá em Encruzilhada.

Deixo também o meu abraço para Antônio Ferreira, eleito vereador, para Maria Hilza, para a querida Márcia Vieira, professora-diretora naquele estabelecimento; deixo também meus cumprimentos para Ritinha do sindicato e todos os amigos de Vila Bahia, Vila do Café e da sede do município, da zona rural na região da caatinga. Encruzilhada que me deu uma importante votação para que eu pudesse ter essa representação de deputado estadual.

Deixo também os cumprimentos aos queridos amigos de Itapetinga que completa 52 anos, deputado Rosemberg Pinto, deixar o meu abraço para o prefeito José Carlos Moura, os amigos Marcos Gabrielli, Gilvan, Jorge, enfim, para os colegas e amigos da Universidade do Sudoeste da Bahia, para a família do meu amigo professor Aderbal de Castro que tem dado uma grande contribuição ao desenvolvimento daquela cidade.

E, finalmente, trago também, Sr. Presidente, aqui, o registro da importante plenária, ontem liderada pelo deputado estadual Rosemberg Pinto, que realizamos na cidade de Itapetinga, com a presença do prefeito Zé Carlos Moura, de vereadores, vereadoras, prefeitos, prefeitas, lideranças empresariais de todos os municípios que compõem a microrregião de Itapetinga, onde, sobretudo, estão instaladas as dependências e as plantas da Azaleia Vulcabras. E, na verdade, foi um ato de mobilização social, com a presença do secretário do Trabalho Nilton Vasconcelos, naquele ato ali também representando, de certa maneira, o governo do Estado, o governador Jaques Wagner. E lá, foram anunciadas, com a presença também do deputado Geraldo Simões, o compromisso de todo esse grupo e o compromisso do governo do Estado nessa luta, que é a manutenção dos empregos na região de Itapetinga e nos municípios vizinhos.

Lamentavelmente, esse modelo que foi instituído, de industrialização, anterior a Wagner, é um modelo que ajuda o desenvolvimento local, mas não traz, de fato, uma enraização, não traz a potencialização das forças produtivas locais, da economia local. É um modelo importante, teve o seu papel histórico, mas já está superado. Por isso é que o governador Jaques Wagner, nessa nova etapa de crescimento e desenvolvimento da Bahia, vem procurando uma nova perspectiva.

E a nossa presença ali, também, em nome do deputado federal Waldenor Pereira, que vem trabalhando pelo Sudoeste da Bahia, para que nós possamos, juntos, com o deputado Rosemberg Pinto, com Daniel Almeida, com Waldenor Pereira, com os prefeitos, com o governo do Estado, dar um novo rumo a mais essa crise que se instala ali, em função da irresponsabilidade dos empresários, que auferem benefícios do governo do Estado e na hora da crise saem de baixo e deixam o povo à míngua.

Por isso eu gostaria de deixar, mais uma vez aqui, o compromisso do nosso mandato, na luta pelo desenvolvimento regional do Sudoeste da Bahia, em particular em defesa de um modelo que inclua, gere emprego e renda para a população.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero me solidarizar com o discurso do deputado Álvaro Gomes sobre a cobrança nos estacionamentos de Salvador. Dizer ao deputado Álvaro Gomes que eu estou também na luta pela aprovação do projeto de lei nº 16.095/2007.

E quero aproveitar, Sr. Presidente, para, mais uma vez, fazer um apelo a essa presidência, aos Líderes desta Casa, que tragam os nossos projetos para o Plenário para serem apreciados, discutidos e votados. Não tem cabimento, deputado Carlinhos, não tem cabimento. Eu já disse e jurei que todo dia que eu subi nesta Tribuna eu vou falar sobre isso, porque eu acho que isso é uma desmoralização para o deputado. Nós não podemos ficar aqui sem ter um projeto aprovado. E eu não posso nem reclamar, porque votaram o meu do voto aberto e o da Lei Antibaixaria por força da pressão da sociedade. Então, eu até que estou em vantagem.

Mas, deputada Fátima, nós precisamos entrar nessa luta e resolver essa questão, porque eu sei que a senhora tem vários projetos importantes, inclusive para a vida das mulheres, para assegurar os direitos das mulheres, mas no entanto não consegue chegar. Nós precisamos descobrir quais as gavetas que estão esses projetos e fazer com que eles cheguem aqui para a gente discutir.

Então, quero dizer isso aqui dessa tribuna e dizer que estamos aguardando a posição do prefeito eleito de Salvador sobre essa questão, porque todas as críticas ao atual prefeito sobre uma série de erros que ele cometeu, mas essa questão da luta que ele travou pela não cobrança dos estacionamentos nos shoppings, temos que reconhecer que o prefeito João Henrique foi um militante dessa causa, e não permitiu que os estacionamentos dos shoppings cobrassem dos seus usuários.

Como meu mandato não foge da luta, já estamos organizando uma enquete e vamos para a porta dos shoppings consultar os usuários, se eles concordam com essa cobrança. A depender do resultado, Capitão Tadeu, quero inclusive seu apoio nessa batalha, vamos apresentar, não só para a imprensa, como também para os donos dos shoppings ou seus administradores, para que eles vejam que essa decisão é contra a grande maioria dos usuários, das pessoas que frequentam os shoppings. E, nesse sentido, tenho certeza de que eles vão, também, atender a esse apelo de quem usa o shopping, porque não tem cabimento a gente ir para lá gastar nosso dinheiro, jantar, almoçar e ainda ter que pagar estacionamento.

Queria também falar um pouco aqui sobre essa matéria que saiu hoje, no Jornal *A Tarde*, sobre o aluno pedófilo Diogo, que abusou de 12 crianças, inclusive um irmão seu, e voltar ao curso de medicina. Esta Casa também precisa refletir sobre isso. Dizem que pedofilia é doença e, se é doença, você não pode colocar um doente para estudar medicina. Se esse homem resolve ser pediatra? Quer dizer, vamos criar as condições ou a sociedade vai criar as condições para ele ter onde exercer, onde praticar a doença dele.

Então, acho muito complicado. Nesse sentido, estamos contatando com o senador Magno Malta, que é da CPI da Pedofilia, estamos consultando o Conselho de Medicina e estamos convocando uma audiência pública para a próxima semana, para que a sociedade e as instituições públicas também se mobilizem e a juíza que deu essa sentença favorável para esse doente psicopata voltar a estudar medicina, reveja a sua decisão, porque, como eu disse na minha rede social, se fosse filho dela, duvido que desse uma sentença favorável para um pedófilo estudar medicina.

Portanto, queria pedir o apoio de todos para que, realmente, a Justiça acate a decisão, ou a sugestão à ação da UFBA, no sentido de orientá-lo para fazer outro curso e não o curso de medicina, porque comprovadamente, ele não tem condição de exercer essa profissão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRSIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse a verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fazendo aqui a contabilidade do Plenário, noto que não tem 21 Srs. Deputados, portanto, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*

